

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
PERNAMBUCO – IFPE  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA  
COORDENAÇÃO ACADÊMICA DE GESTÃO AMBIENTAL  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL**

**CARLOS DOUGLAS TEIXEIRA DOS SANTOS**

**PRÁTICAS AMBIENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DAS  
MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA  
DO ENGENHO SIQUEIRA – RIO FORMOSO - PE**

**RECIFE  
2017**

**CARLOS DOUGLAS TEIXEIRA DOS SANTOS**

**PRÁTICAS AMBIENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DAS  
MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA  
DO ENGENHO SIQUEIRA – RIO FORMOSO - PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação Acadêmica de Gestão Ambiental  
como requisito para a obtenção do título de Tecnó-  
logo em Gestão Ambiental, do Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco –  
IFPE.

Prof. Dr.º Marcos de Moraes Valença

**RECIFE**

**2017**

Ficha elaborada pela bibliotecária Emmely Cristiny Lopes Silva CRB4/1876

S237p

2017 Santos, Carlos Douglas Teixeira dos.

Práticas ambientais na construção da identidade e das manifestações culturais da comunidade quilombola do Engenho Siqueira – Rio Formoso - PE /Carlos Douglas Teixeira dos Santos. --- Recife: O autor, 2017.

90f. il. Color.

TCC (Graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental) – Instituto Federal de Pernambuco, DASS, 2017.

Inclui Referências e Apêndice.

Orientador: Professor Drº Marcos de Moraes Valença.

CARLOS DOUGLAS TEIXEIRA DOS SANTOS

**PRÁTICAS AMBIENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DAS  
MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA  
DO ENGENHO SIQUEIRA – RIO FORMOSO - PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação Acadêmica de Gestão Ambiental  
como requisito para a obtenção do título de Tecnó-  
logo em Gestão Ambiental, do Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco –  
IFPE.

Aprovado em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr.º Marcos Moraes Valença (Orientador)

---

Prof. Dr.º Wedmo Teixeira Rosa (IFPE)

---

George Patrick Bessoni e Silva (IPHAN)

RECIFE

2017

Dedico esse trabalho às comunidades e povos tradicionais por não esmorecerem diante dos entraves da sociedade atual, em especial à Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira por toda a luta, garra e resistência e, principalmente, pelo orgulho de ser de Siqueira.

## AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE *Campus* Recife, por ser um espaço de saber integrador que permite e valoriza a vivência e a aproximação dos alunos com as realidades, fazendo com que o ensino ultrapasse os limites das paredes da academia.

À equipe coordenadora do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, por elaborar e manter um curso coeso e de qualidade exemplar.

Ao corpo docente do curso de Gestão Ambiental pela maestria com a qual tratam os alunos desde o primeiro dia de aula, até o último momento que passamos juntos. Pela paciência, empenho e dedicação de enfrentar as adversidades diárias e cumprir o dever de levar o saber ao alunado.

Agradeço à Professora Marília Castro pelo carinho constante e pela oportunidade de trabalhar no projeto de Pibex. Agradeço também à Professora Ioná Rameh pela grande oportunidade de estar com ela durante três períodos como monitor da disciplina de Sistema de Informações Geográficas.

Agradeço em especial ao Professor Marcos Valença pela orientação exemplar nesse trabalho, por toda a ajuda e paciência nas vezes em que me desesperei e parecia que não encontraria a saída, e por não ter me deixado fraquejar em nenhum momento.

Aos colegas de turma com os quais compartilhei diversos momentos de alegria e tristeza, em especial a Aline Daiana, Isabela Barros, Dhiego Souza e Keyla Moreira por estarem sempre ao meu lado.

Agradeço especialmente à Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira nas pessoas de Cristiane, Cláudio, Sr. Moacir, Sr. Dedo e Dona Alice, por terem aberto as portas e abraçado (e permitido) essa pesquisa, que sem eles não teria sido possível.

Aos meus pais, irmãos e amigos pelo apoio incondicional em todas as etapas desse trabalho e pela paciência (principalmente pela paciência) de me aguentarem durante o processo de escrita.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta, ou indiretamente, na construção, elaboração e finalização dessa pesquisa.

## RESUMO

As comunidades tradicionais, especificamente as Comunidades Quilombolas, são grupos culturalmente distintos e que comungam valores e símbolos carregados de ancestralidade que definem aquilo que eles são, a sua identidade. Compreender como essa noção de identidade é construída e quais elementos influenciaram essa construção é uma tarefa extremamente convidativa à pesquisa. A Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira – Rio Formoso/PE, objeto de estudo deste trabalho, apresenta uma característica identitária muito particular, a íntima relação com a preservação e conservação ambiental. Portanto, a necessidade de compreender a influência das práticas ambientais na construção da identidade e das manifestações culturais da comunidade, configurou-se como o principal objetivo deste trabalho. Através da observação participante e o auxílio da História Oral como ferramenta de pesquisa, pôde-se realizar a coleta de depoimentos e buscar nas Memórias Individuais e Coletivas dos entrevistados os elementos que reconstroem o passado e a história da comunidade e permitem compreender como a sua identidade cultural foi constituída. Dessa forma, os resultados demonstram um passado marcado pela luta e resistência, e a extrema ligação com o território despertaram o sentimento de pertença e a consolidação identidade como sujeitos ecológicos. A comunidade se apresenta vibrante e orgulhosa e afirma através das entrevistas que a consciência e a sensibilidade ambiental explicitada no quilombo é fruto dos ensinamentos repassados pelos os seus ancestrais e que se encontram enraizados nos seus costumes. Desse modo, essa pesquisa permite a projeção da cultura e identidade de um grupo culturalmente subalternizado, possibilitando que a sua voz seja ouvida pelo “outro”, aquele que vem de fora, convidando-os a compartilhar dos seus símbolos.

**Palavras-chave:** Comunidade Quilombola. Cultura e Memória. Identidade.



## ABSTRACT

Traditional communities, specifically Quilombola Communities, are culturally distinct groups that share values and symbols charged with ancestry that define what they are, their identity. Understanding how this notion of identity is constructed and which elements have influenced this construction is an extremely inviting task for research. The Quilombola Community of Engenho Siqueira - Rio Formoso / PE, object of study of this research, presents a very particular identity characteristic, which is the intimate relationship with environmental preservation and conservation. Therefore, the need to understand the influence of environmental practices in the construction of the identity and cultural manifestations of the community, has been established as the main objective of this work. Through participant observation and the use of oral history as a research tool, it was possible to carry out the collection of testimonies and search in the Individual and Collective Memories of the interviewees the elements that reconstruct the past and the history of the community and allow us to understand how their identity was constituted. In this way, the results demonstrate a past marked by struggle and resistance, and the extreme connection with the territory awakened the feeling of belonging and the consolidation of identity as ecological subjects. The community is vibrant and proud and states through the interviews that the conscience and environmental sensitivity expressed in the quilombo is the result of the teachings passed on by their ancestors and that are rooted in their customs. In this way, this research allows the projection of the culture and identity of a culturally subalternized group, allowing their voice to be heard by the "other", the one who comes from outside, inviting them to share their symbols.

**Keywords:** Quilombola Communities. Culture and Memory. Identity.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES**

APA	Área de Proteção Ambiental
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAPEAL	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
FUNESA	Fundação Estadual de Saúde do Sergipe
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPE buc	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPA	Instituto Agronomico de Pernambuco
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MST	Movimento Sem Terra
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A
RESEX	Reserva Extrativista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1 UMA BREVE DISCUSSÃO METODOLÓGICA.....	14
2 UM PASSEIO PELA HISTÓRIA DE RIO FORMOSO: A CIDADE DOS MANGUEZAIS E DA BATALHA DO REDUTO.....	20
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	20
2.2 OS VALORES E O RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ENGENHO SIQUEIRA .....	25
3 A DIMENSÃO CULTURAL E IDENTITÁRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ENGENHO SIQUEIRA.....	31
3.1 A CULTURA COMO ESPAÇO DE CONVERGÊNCIA DAS DIVERSIDADES.....	31
3.2 A CULTURA DENTRO DA PERSPECTIVA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	36
3.3 A IDENTIDADE CULTURAL QUILOMBOLA DO ENGENHO SIQUEIRA.....	41
3.4 CONHECENDO O OUTRO A PARTIR DA COMPARAÇÃO DE REALIDADES.....	49
4 FORMAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA DE SIQUEIRA .....	55
4.1 AS MARCAS DEIXADAS PELA CANA DE AÇÚCAR NA MEMÓRIA DE UM POVO.....	55
4.2 COMO A AGROECOLOGIA E AS TÉCNICAS TRADICIONAIS DE AGRICULTURA INFLUENCIAM O POSICIONAMENTO DO QUILOMBO QUANTO AO USO DOS RECURSOS NATURAIS. ....	59
5 ANALISANDO AS VOZES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ENGENHO SIQUEIRA .....	66
5.1 O QUE É SER DE SIQUEIRA?.....	66
5.2 AGRICULTURA, PESCA E SUSTENTABILIDADE NO ENGENHO SIQUEIRA.....	74
5.3 O QUILOMBO EM FESTA.....	80
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	84
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICE .....	90

## INTRODUÇÃO

Como filho da terra, a inquietação para a construção dessa pesquisa se apresentou de forma natural durante o contato com a comunidade graças à intervenção do IFPE, *campus* Recife, que mantém uma relação de pesquisa e amizade com a Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira – Rio Formoso/PE ao longo dos anos. Apesar de ser natural da cidade de Rio Formoso, de conviver próximo à comunidade quilombola, não “conheço”<sup>1</sup> a comunidade como ela deve ser, não conheço a sua cultura, a sua identidade, aquilo que é importante para os seus sujeitos.

Dessa forma, como podemos compreender como se constituiu a identidade da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira? Como identificar quais características ajudaram a moldar essa construção e quais ainda se encontram presentes na comunidade que ajudam a reafirmar o sentimento de pertencimento a esse grupo? Quais histórias os sujeitos da comunidade precisam e sentem necessidade de contar? Quais as necessidades mais pungentes que o quilombo vem sentido e o que pode ser feito para mudar essa realidade?

Essas inquietações se apresentam como a força que impulsiona o desenvolvimento dessa pesquisa que tem como tema “Práticas Ambientais na Construção da Identidade e Manifestações Culturais da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira – Rio Formoso-PE”. Tendo em vista as informações parcialmente obtidas através de representantes da comunidade que mostram e direcionam o que precisa ser estudado e pesquisado, esse trabalho visa trazer a discussão sobre as comunidades tradicionais e “as suas realidades” para mais perto da academia potencializando o acesso de sujeitos “de fora” para conhecer um espectro diferente daquele no qual está inserido.

Essa pesquisa tem como objetivo geral compreender a influência das práticas ambientais na construção da identidade e da cultura da comunidade no processo de luta pela terra.

Também existe a preocupação de identificar quais as práticas/ações ambientais mais presentes na comunidade e entender como se difundiram, além de analisar

---

<sup>1</sup> Compreende-se no sentido de não entender e enxergar a realidade vivida pela comunidade e aquilo que a distingue.

a importância da atividade agrícola e pesqueira para o desenvolvimento e sustento familiar da comunidade. Em consequência, busca-se conhecer a história de luta pela terra travada pela Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira e o seu processo de posse.

Em meio a esses pontos pretende-se obter a compreensão do sentimento de pertença e identidade tão fortemente difundido pela comunidade, e entender como essa identidade foi formada, juntamente com as manifestações culturais próprias do quilombo e como elas se configuram dentro da dinâmica do município.

Essa é uma pesquisa qualitativa e de total imersão na comunidade estudada, respaldada por uma revisão bibliográfica voltada para o tema em discussão. As literaturas consultadas oferecem o embasamento teórico necessário para a construção de concepções e conceitos que serão definidos ao longo do texto, além de servir como instrumento de reflexão sobre realidades de comunidades distintas uma vez que muitos trabalhos revisados para esse estudo partem de experiências em comunidades quilombolas e/ou comunidades tradicionais.

Juntamente ao estudo da literatura, a visita à Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira, se configura como a etapa de maior importância desse trabalho. O primeiro contato com a comunidade se deu em setembro de 2016 como parte de um trabalho multidisciplinar com as turmas de Tecnologia em Gestão Ambiental e Licenciatura em Geografia do IFPE, *Campus Recife*, onde foram realizadas conversas com as lideranças para compreender a realidade do grupo estudado e sua relação com a dinâmica municipal, e também ações dentro da comunidade, mais exatamente dentro da escola primária do quilombo, onde trabalharam-se questões como: identidade quilombola e a importância da água e preservação dos recursos naturais.

A História Oral se configura como uma das ferramentas de aporte para essa pesquisa, pois toda a discussão é feita de forma oral com a ajuda de conversas e entrevistas semiestruturadas onde a única fonte de respaldo é a Memória Coletiva dos entrevistados. Santos e Sena (2012, p. 15) discorrem que “...as memórias coletivas são o local onde as memórias individuais se configuram. Ela é a responsável pela transmissão daquilo que o indivíduo absorve, ela está impregnada de compartilhamentos memoriais que atravessam a História”. Sendo assim, utilizar essa ferramenta se faz essencial para a riqueza deste trabalho.

Vale ressaltar que toda a transcrição do material oral coletado durante as entrevistas e visitas à comunidade preserva expressões linguísticas dos entrevistados mesmo que fujam das normas gramaticais, porém evidenciam a cultura e a identidade dos mesmos.

Este trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos que exploram os pontos mais importantes dessa pesquisa promovendo uma visão geral e satisfatória da problemática trabalhada.

Portanto, o primeiro capítulo apresentamos as dimensões metodológicas para o desenvolvimento dessa pesquisa, juntamente com uma breve discussão pós-colonial sobre a importância de valorizar os saberes e as vozes daqueles que são excluídos e injustiçados socialmente

O segundo capítulo apresenta uma breve descrição sobre o município de Rio Formoso e sua história, a caracterização da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira, os seus aspectos históricos e identitários, o processo de luta e posse pela terra com base nas declarações dos entrevistados, e também a discussão sobre o seu reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo pela Fundação Palmares.

O terceiro capítulo provoca uma discussão sobre os conceitos de Cultura e Identidade alinhados dentro da realidade da comunidade do Engenho Siqueira. Trabalhará brevemente o processo evolutivo do conceito de Cultura até o sentido antropológico dos dias atuais, os entraves presentes na discussão cultural e como a cultura se manifesta dentro da sociedade construindo a noção de identidade dos grupos sociais. Além disso, a discussão sobre o conceito de identidade vem mostrar como a identidade cultural de um grupo pode ser constituída, além de ressaltar as diferenças entre os diferentes sujeitos que comungam de uma mesma cultura, mas possuem identidades diferentes. Há também uma breve discussão sobre a invisibilização dos povos tradicionais e da cultura popular, males que afligem a sociedade.

O quarto capítulo traz uma discussão sobre a agroecologia e a agricultura tradicional e uma discussão sobre o conflito da tradição da agricultura tradicional com as práticas agroindustriais presentes na comunidade. Ainda faz-se uma discussão sobre a pressão da indústria açucareira na região e a identificação da sua influência no quilombo. Nesse capítulo também são apresentadas as influências das práticas

ambientais desenvolvidas pela população quilombola na construção da sua identidade. Com base nas declarações dos quilombolas, este capítulo também apresentará as principais preocupações da comunidade quanto a funcionalidade dos órgãos que visam a preservação e proteção da comunidade. Todas as discussões são alinhadas com a literatura e as entrevistas realizadas junto aos quilombolas.

Por fim, o quinto capítulo se configura como a análise dos dados coletados através das entrevistas, ou seja, um aprofundamento de todas as declarações que serão apresentadas ao longo do texto. Observaremos com mais atenção os aspectos culturais e religiosos presentes no quilombo, os detalhes sobre a rotina da comunidade e as atividades desenvolvidas, principalmente a agricultura e a pesca. Também serão apresentados os valores tradicionais que foram transmitidos pelas gerações e que ainda se mantêm presentes dentro da comunidade, suas manifestações culturais e a ancestralidade, sua visão e posição política e a interação da comunidade na rotina do município.

São para essas discussões que os convidamos à leitura.

## 1 UMA BREVE DISCUSSÃO METODOLÓGICA

A construção dessa pesquisa segue uma linha de pensamento pós-colonial que visa a valorização não só do sujeito subalterno aos olhos da noção eurocêntrica e capitalista, mas também os seus saberes, os seus valores e, principalmente, a sua voz.

Há muito, a visão deturpada de um padrão de vida e valorização daquilo que se encaixa nos limites deste, vem sendo difundida quase que involuntariamente nas sociedades atuais que marginalizam, invisibilizam e desconsideram tudo aquilo que fuja do padrão eurocêntrico, branco, cristão e heterossexual, avaliados como inferior, bárbaro e não desenvolvido.

Valença (2014), seguindo o pensamento de Aníbal Quijano (2005, 2009), ressalta que a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo são os responsáveis pelo condicionamento dessa marginalização.

Esse debate nos remete a Aníbal Quijano (2005, 2009) ao afirmar que a Europa concentrou, de forma hegemônica, o controle tanto da subjetividade, da cultura, como do conhecimento e da sua produção. Ele destaca três importantes fatos que contribuíram para esse controle: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo. Para o autor, o padrão de poder está relacionado ao padrão cognitivo, onde o não europeu passa a significar passado, inferiorização e primitivismo (VALENÇA, 2014, p.10).

A noção eurocêntrica do mundo condicionou o homem a enxergar a vida dentro de um espectro unilateral que considera aquilo que eles são e o que eles conhecem como o certo e o padrão a ser seguido. Essa noção fica extremamente clara se voltarmos alguns séculos e observamos o comportamento do homem europeu ao chegar no então chamado “novo mundo” e ficar assombrado com a postura, costume e dialetos dos sujeitos que viviam naquelas novas terras. Para eles, aquela configuração exposta pelos índios fugia completamente do padrão preconcebido, portanto, necessitava de um tratamento e refinamento para ser mais agradável aos olhos, mas nunca igual àquele que possui o poder.

Da mesma forma que condicionaram os índios a se encaixarem dentro dos limites eurocêntricos, séculos mais tarde observamos a mesma ação se repetir durante o Brasil Colonial com a chegada dos negros escravizados. Arrancados forçadamente dos seus lares, obrigados a deixar as suas famílias e a trabalhar de forma forçada e tratados com o mínimo de humanidade, os negros sentiram na pele a



pressão do poder do homem europeu que a todo custo impôs a sua voz e a sua vontade sobre aqueles que eram considerados inferiores.

Então observamos claramente uma tentativa de inversão de valores e controle de narrativas a partir da visão eurocêntrica do homem. Catequizar aqueles tidos como pagãos e introduzi-los dentro da dinâmica cristã, ao passo em que reprime e discrimina as suas formas de crenças e cultos. Introduzir a sua linguagem, o seu idioma, como única forma de comunicação, considerando os dialetos dos outros sujeitos como primitivos. Impor o conhecimento, enquanto ciência, e as normas e formas de costume, assim como a imposição de uma cultura estrangeira, ao mesmo tempo que nega os valores, os saberes empíricos e a cultura popular local, tratando-os como bárbaros e não desenvolvidos.

O controle entre a experiência histórica e a perspectiva eurocêntrica de conhecimento permite assinalar alguns dos elementos mais importantes do eurocentrismo: a) uma articulação peculiar entre um dualismo (pré-capital/capital, não-europeu/europeu, primitivo/civilizado, tradicional/moderno etc.) e um evolucionismo linear, unidirecional, a partir de algum estado de natureza para a sociedade moderna europeia; b) a naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos por meio de sua codificação com a ideia de raça; e c) a distorcida realocação temporal de todas essas diferenças, de modo que todo não-europeu é percebido como passado. Todas essas operações intelectuais são claramente interdependentes. E não poderiam ter sido cultivadas e desenvolvidas sem a colonialidade do poder. (QUIJANO, 2005, p.63 apud VALENÇA, 2014, p.11)

Na citação, Quijano ressalta criticamente a ideia hegemônica do “não europeu” como um sujeito que está propenso a uma evolução tanto intelectual, como cultural, para que ele possa alcançar o nível de civilizado e deixar de lado o passado primitivo que, segundo o eurocentrismo, ele se encontrava enterrado. Dessa forma, essa noção foi se espalhando e se firmando de maneira sorrateira e mesmo hoje, após séculos de diferença e muita evolução e esclarecimento intelectual, permanece enraizada nas sociedades atuais e continua se espalhando, muitas vezes, de forma voluntária para agradar e atender os interesses daqueles que atualmente detêm o poder.

Somos capazes de observar isso de forma clara desde uma escala que compreende o Norte e o Sul Global, tidos como polos desenvolvidos e não desenvolvidos (respectivamente), até uma escala mais local e próxima da realidade em que vivemos. Como dito nos capítulos anteriores, há uma repressão e discriminação para aquilo que é popular e que foge do padrão social imposto. Há uma desvalorização

do conhecimento empírico, do saber tradicional, pois seus artifícios são tidos como retrógrados e ultrapassados, onde o conhecimento acadêmico e pragmático é a única forma que deve ser obedecida.

Há, principalmente, a negação das vozes do sujeito que é subalternizado pela pressão econômica, política e social, que vê os seus conhecimentos serem menosprezados, assim como os seus costumes e cultura e, não muito obstante, a sua identidade. O poder colonialista não deixou de existir, ele apenas se encontra mascarado dentro dos contornos e limites sociais das sociedades atuais, ao passo em que o negro e o índio ainda são vistos como primitivos, os movimentos sociais são pintados como parasitas, assim como a tradicionalidade, a cultura, os costumes, os símbolos e os valores desses invisibilizados socialmente são empurrados para as sombras, enquanto esses mesmos elementos, desde que façam parte da dinâmica da sociedade tida como superior, são exaltados e compartilhados sem nenhuma repressão.

Pode-se dizer que, no Brasil, assim como em outros países que sofreram com a colonização, ocorreu um epistemicídio dos saberes de povos não-brancos, pois estes foram tidos como primitivos, ignorantes, supersticiosos e relegados ao esquecimento. Esse ataque aos saberes se refletiu, igualmente, na constituição identitária e subjetiva desses sujeitos, pois se traduziu na internalização, pelo não-branco, da superioridade da civilização branca. Tal condição o fez, em grande medida, aceitar e até mesmo desejar possuir e internalizar tais valores – tidos como inquestionavelmente corretos – concomitante a uma negação de si como não-branco, como possuidor de outra cultura. (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES; 2014, p. 112).

As autoras, ao discutirem sobre a então superioridade colonialista eurocêntrica diante da realidade das comunidades quilombolas no Brasil, nos convidam a refletir sobre a desconstrução de si mesmos, tudo aquilo que constitui a sua natureza, que esses grupos sofreram.

Houve uma total desvalorização dos saberes tradicionais, assim como os traços e os significados culturais defendidos por esses povos, para que a cultura e o saber “superior” pudessem prevalecer. É como se existisse uma monocultura do saber por parte do colonizador, onde tudo que vem dele é digno de atenção e possui grande valor, negando completamente a riqueza da diversidade de saberes e conhecimentos tradicionais que vão além dos limites pragmáticos da academia, pois estão imbuídos pela prática e a vivência.

Portanto, na tentativa de reprimir a perpetuação da negação involuntária desses povos e contribuir para que as suas vozes sejam ouvidas e proporcionar-lhes através de um documento, um corpo físico que contribua com a sua representação perante a sociedade, essa pesquisa visa garantir que esses povos, venham a ser arrancados da invisibilidade e tenham a sua história contada e os seus valores reconhecidos.

Debruçando-se sobre uma abordagem qualitativa, este trabalho se desenvolve e tenta compreender os diversos limites, sejam eles físicos ou subjetivos, expostos pela comunidade e que não podem ser quantificados, pois os resultados virão através da interpretação dos significados coletados, como comenta Minayo (2002):

A pesquisa qualitativa ela responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 21-22)

A técnica da observação participante, utilizada neste trabalho, permite que haja uma interação e troca de saberes entre o pesquisador e o objeto de estudo, garantindo a construção de uma intimidade que facilitará na compreensão e na análise dos dados. A referida autora, citada anteriormente, argumenta que:

A técnica de *observação participante* se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observando, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo pode modificar e ser modificado pelo contexto. (MINAYO, 2002, p. 59. Grifo do Autor.)

Fazendo auxílio de um roteiro para as entrevistas, além de outros questionamentos que surgiram em campo, buscou-se, através da História Oral e das Memórias, a coleta de depoimentos que mais tarde foram reproduzidos e tiveram seus significados interpretados para a construção e compreensão dos resultados.

Jurandir Santos (2008), em seu artigo “História Oral, fontes documentais e narrativas, como recursos metodológicos na educação” argumenta que:

A História Oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas induzidas, estimuladas e gravadas, com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida, ou outros aspectos da história contemporânea. (SANTOS, 2008, p. 05)

Portanto, o uso da História Oral como ferramenta metodológica dessa pesquisa se faz extremamente pertinente, uma vez que permite a aproximação do pesquisador que encontrará nas vozes dos sujeitos estudados os elementos que responderão as questões da sua pesquisa, como discorrem Santos e Sena (2012):

As pesquisas orais visam estimular as Memórias individuais e coletivas, facilitando o maior fluxo de informações, além de garantir uma visão mais íntima quanto ao fato, antes de ser ofuscada pelos que possuem o poder. Ela permite analisar a maneira como os indivíduos experimentam, interpretam e expõem sua visão sobre o material a ser estudado. (SANTOS; SENA; 2012, p. 21)

Durante muito tempo, a historiografia tradicional ignorava as fontes orais como documentos históricos por serem susceptíveis à manipulação, por possuir uma metodologia sujeita ao erro e sem respaldo científico relevante. Os entraves atravessados pelos primeiros estudiosos que se aventuraram nessa temática e a utilizaram como ferramenta de construção dos seus trabalhos, não foram poucos. Porém, ao passar dos anos a História Oral deu início a uma nova fase historiográfica que colocava o homem e suas memórias como objetos relevantes na construção histórica, possibilitando e potencializando as vozes daqueles que eram tidos como invisíveis.

De acordo com Le Goff:

A memória cresce, onde cresce a história, que por sua vez alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 1996, p. 24)

Desse modo, seguindo a visão do autor, observamos que através da História Oral e a sua aproximação com as memórias dos sujeitos, acabamos por abrir as portas para a construção de uma nova história, livre e com conteúdo. Ela vem encontrar nas vozes daqueles que viveram a História, que conhecem os fatos através da vivência como fonte documental primária.

Essa metodologia é bastante utilizada nas pesquisas de campo com comunidades tradicionais que, em sua maioria, a única fonte de manutenção e perpetuação da sua história é através da oralidade, assim como em ocasiões particulares de pesquisa que visam construir uma discussão em cima da voz daquele sujeito específico que vive oculto nas sombras do “sujeito superior”. Ela vem, como diz Meihy (2000, p. 85-97) “dar voz àqueles que normalmente não a tem” e garantir-lhes visibilidade.

Sendo assim, os sujeitos dessa pesquisa são todos moradores e moradoras da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira que se dispuseram a colaborar com a construção desse trabalho. Encontraremos as vozes do Sr. José Ferreira de Paula (60 anos) e da Sr.<sup>a</sup> Maria Alice Alexandre da Silva (74 anos), mais conhecidos como Sr. Dedo e Dona Alice, respectivamente. Também encontraremos declarações de três lideranças quilombolas nas vozes de Cristiane (47 anos), Cláudio Pajeú (35 anos) e Moacir (47 anos), que ajudaram a formatar o embasamento histórico e identitários da comunidade.

É nas vozes dos entrevistados que encontraremos a força da história, da identidade e da cultura de um grupo tão singular como a Comunidade do Engenho Siqueira, e garantiremos a valorização dos sujeitos tidos como subalternos, colocando-os em posição de destaque na discussão atual.

## 2 UM PASSEIO PELA HISTÓRIA DE RIO FORMOSO: A CIDADE DOS MANGUEZAIS E DA BATALHA DO REDUTO.

*“Rio Formoso, oh cidade heroica  
Monumento de glória e luz  
Teu presente honrado evoca  
Um passado que tanto seduz.”<sup>2</sup>*

O objetivo do primeiro capítulo dessa pesquisa é apresentar as características geográficas e históricas do município do Rio Formoso e da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira para facilitar a compreensão e visualização da realidade que moldou (e molda) o objeto de estudo.

Além dos aspectos históricos serão abordados os valores identitários do quilombo, o processo de luta e posse pela terra com base nas declarações dos entrevistados, e também a discussão sobre o seu reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo pela Fundação Palmares.

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Localizado na mesorregião da Zona da Mata, na microrregião da Mata Sul do estado de Pernambuco, Rio Formoso dista 88 Km da capital e faz limite com os municípios de Sirinhaém, Tamandaré e Gameleira. Conhecido também como “Cidade dos Manguezais”, o município se encontra próximo ao litoral e possui um dos mais extensos complexos estuarinos do estado. O manguezal é um importante ecossistema costeiro do litoral sul, principalmente, por possuir uma grande biodiversidade com enorme potencial biológico, exercendo um papel de grande importância socioeconômica para a população local.

A Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira se encontra há apenas 3 Km de distância do centro de Rio Formoso, o que faz os seus limites se confundirem com os da cidade. O acesso à comunidade é feito através de uma estrada vicinal que separa o manguezal do pequeno fragmento de Mata Atlântica ali presente, e

---

<sup>2</sup> Hino Municipal de Rio Formoso. Letra e melodia por Wilson de Andrade Barreto e Paulino Damasceno;

esse quase encontro de ecossistemas confere à região uma beleza única que encanta os visitantes.

Para entender a formação do Quilombo do Engenho Siqueira é preciso conhecer brevemente a história de Rio Formoso que se tornou município em 11 de junho 1850, mas sua história remonta ao início da exploração colonizadora pelo sul da capitania de Pernambuco por volta do ano de 1560.

Barbalho escreve que houve uma dupla exploração:

(...) uma por mar, chefiada por Filipe Cavalcanti; outra por terra, sob o comando de Jerónimo de Albuquerque (sogro de Felipe), ordenada pelo 2º donatário, Duarte Coelho de Albuquerque, o qual dela participou como simples soldado, e invadiram-se as terras ribeirinhas e as adjacentes ao baixo rio Sirinhaém, ocupadas, na época, pelos caetés. (BARBALHO, 1988, p. 191).

Após a expulsão dos indígenas, as terras foram divididas e oferecidas como forma de pagamento aos conquistadores da família Albuquerque e seus descendentes.

Os primeiros registros referentes a existência de um território chamado Engenho Rio Formoso datam do ano 1637, durante o período de expansão da indústria açucareira pelo litoral do estado pernambucano. A região da Mata Sul tornou-se a principal área de produção de açúcar (e se mantém até os dias atuais) e foi onde surgiram os primeiros grandes engenhos do período colonial. Atribui-se a esse bom desenvolvimento da exploração da cana de açúcar pelo litoral o fato da fertilidade das terras por conta das abundantes várzeas, os níveis pluviométricos adequados, a abundância e facilidade de acesso à mata para manter os engenhos em funcionamento, mas principalmente, por conta da malha fluvial que garantia o comércio e transporte do açúcar produzido.

O Engenho Rio Formoso estava localizado numa área privilegiada e que permitia o constante acesso entre o interior e a capital. Além do açúcar, insumos agrícolas e pesqueiros, e materiais para artesanato eram levados facilmente ao porto do Recife. Esse cenário veio mudar alguns anos mais tarde quando a linha ferroviária que ligava Palmares a Recife foi construída fazendo com que o escoamento dos insumos produzidos no interior do estado fosse levado através de trens até a capital acarretando na diminuição da frota de embarcações que atravessavam o litoral.

A cidade recebe o nome de Rio Formoso por conta do rio que atravessa o seu território, que na linguagem dos índios Tupi, chama-se *lobuguaçú*, e que significa Grande Rio Verde. As terras do município são marcadas por três momentos da história de Pernambuco (e do Brasil) que são desconhecidos pela grande maioria da população, são eles: A Batalha do Reduto, a Revolta dos Mascates e a Campanha Abolicionista.

Entre o período de 1580 e 1640, houve o que conhecemos como União Ibérica (domínio da Espanha sobre Portugal) que mudou completamente o cenário econômico da época causando algumas situações conflitantes. Portugal e Holanda (antes da União Ibérica) haviam estabelecido um acordo comercial para promover o cultivo da cana de açúcar no Brasil e permitia que a Companhia das Índias Ocidentais<sup>3</sup> controlassem o comércio do açúcar na Europa. Entretanto, a Espanha, na sua tentativa de expansão territorial, não se mostrou satisfeita com o desempenho econômico holandês e para sufocar seu avanço proibiu o comércio do açúcar entre Brasil e Holanda.

Em 1624, a Holanda resolveu enviar a sua primeira expedição militar para o nordeste brasileiro com o objetivo de reestabelecer o comércio açucareiro. A primeira tentativa se deu em Salvador (capital do país na data), mas não foi bem-sucedida, o que incentivou a necessidade de mais um novo ataque. Mais tarde, em 1630, a Holanda envia uma nova expedição, dessa vez contra Pernambuco (Olinda), e mesmo com bastante resistência os holandeses conseguiram o domínio das terras por vinte e quatro anos, e reestabeleceram o comércio açucareiro.

Como afirma Santos (2008, p.03):

[...] ao longo dos sangrentos anos de batalha a vitória holandesa parecia estar iminente. O desgaste dos defensores locais contrastou-se com o aumento do efetivo holandês em solos pernambucanos. Em 1635, a tropa holandesa no Pernambuco girava em torno de 5500 homens, enquanto que do lado português, poucas almas restavam para os combates.

---

<sup>3</sup> A Companhia das Índias Ocidentais era a empresa que detinha o monopólio da exploração do Brasil – Holandês. A ideia de sua criação foi do mercador neerlandês Willem Usselincx. A princípio deveria ser uma empresa responsável pelo transporte marítimo dos produtos transportados nos navios flamengos e no estabelecimento de holandeses no povoamento de colônias fora da Europa. Porém, o sucesso que a outra Companhia de comércio holandesa (Companhia das Índias Orientais) tinha no momento em questão levou a Companhia das Índias Ocidentais a realizar pilhagens, ataques bélicos e exploração sem povoamento.



Podemos observar que no processo de avanço das forças holandesas pelo litoral pernambucano as frentes de resistência estavam cada vez mais fragilizadas, porém determinadas a proteger a pátria e o seu território. É nesse momento que chegamos em Rio Formoso no ano de 1633 quando os holandeses, sob o comando do Capitão Sigsmund van Schokoppe e conduzido por Domingos Fernandes Calabar na madrugada de 07 de fevereiro, iniciaram um ataque surpresa ao pequeno fortim localizado a 3 Km da foz do Rio Formoso.

O fortim ficou conhecido como Reduto, que é o nome dado a um recito fechado e composto por artilharia, mas não oferece demasiado poder de fogo para resistência. Sua estrutura era bastante frágil e contava apenas com duas peças de artilharia de ferro e de pequeno calibre. A guarnição era de vinte homens capitaneados por Pedro de Albuquerque. O objetivo do reduto era dar cobertura aos navios que se encaminhavam para o porto fluvial do Rio Formoso.

Ao tomar conhecimento sobre a existência do fortim, Van Schkoppe ordenou o ataque. As tropas holandesas estavam armadas com seiscentos homens de guerra, embarcações, muita pólvora e peças de artilharia. Subestimando a resistência, os invasores acreditaram que o ataque seria fácil e de vitória sem muitos sacrifícios e que os resistentes se intimidariam com os primeiros sinais de fogo. Contudo, ao raiar do dia, o capitão autorizou o ataque e com bravura os homens resistiam e revidavam. O Reduto resistiu a quatro ataques das tropas holandesas causando-lhes oitenta baixas, o suficiente para fazer com que o capitão holandês reconhecesse a bravura dos vinte intrépidos guerreiros do Rio Formoso e do seu capitão, Pedro de Albuquerque.

Anos mais tarde foi erguido um monumento em homenagem aos bravos guerreiros que perderam as suas vidas para defender a pátria. Durante a passagem de Dom Pedro II pela região foi ordenada a colocação da bandeira da coroa portuguesa no local da batalha que lá tremulou por alguns anos. Esta batalha representa a identidade do cidadão rio-formosense como homens e mulheres destemidos e valentes, e que se orgulham dessa passagem histórica que é repetida em todas as esquinas da cidade e passada de geração em geração. A festa em comemoração à Batalha do Reduto que acontece aos 7 de fevereiro, foi considerada como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco pela Lei Nº 13. 841 de 14 de agosto de 2009.

Rio Formoso também fez parte de um outro momento histórico de Pernambuco, e este aconteceu durante a crise da indústria açucareira nordestina após a expulsão dos holandeses. O município foi palco de batalha na Guerra dos Mascates, um conflito civil que ocorreu em 1710 e que acabou por resultar na libertação política e econômica de Recife em relação a Olinda.

Antes da chegada dos holandeses, Recife não era muito notada e não despontava economicamente, por isso, Olinda possuía o controle sobre ela. Entretanto, quando os holandeses foram expulsos do território, Recife transformou-se num crescente centro urbano com bastante desenvolvimento econômico por conta do seu grande porto e a presença dos comerciantes portugueses (os mascates) que passaram a dominar a região e conceder empréstimos de altos valores e a cobrar juros ainda mais altos.

Olinda, comandada pelos Senhores de Engenho da época, se viu insatisfeita com o desenvolvimento econômico de Recife e revoltou-se contra a cidade irmã quando a coroa portuguesa (a pedido dos mascates) elevou Recife à categoria de Vila Independente de Olinda.

A notícia chegou ao Recife em 5 de fevereiro de 1710, em meio a um ambiente bastante tenso. Nos meses que haviam decorrido, as desavenças entre mascates e nobres tinham se agravado. Em grande parte, isso aconteceu por conta da atuação desastrosa do governador da capitania na época, Sebastião de Castro e Caldas. Ele era abertamente partidário dos comerciantes, concedendo-lhes benesses, prejudicando a nobreza da terra e praticamente transferindo a sede da governança para o Recife, o que tinha grande valor simbólico. (SOUZA, 2011, p.02)

De acordo com essa passagem de Souza, a revolta dos Senhores de Engenho atingiu um limite que nada poderia ser resolvido através de conversas diplomáticas e, por isso, partiram para o ataque. Rio Formoso foi um dos centros de resistência dos mascates durante esse processo que se estendeu até 1711.

Ainda nesse levantamento histórico, vale ressaltar a presença do município durante os movimentos abolicionistas em 1884 quando os grandes senhores de engenho da região, entre eles Sebastião Acioly (Barão de Goicana), Prisciliano Acioly e José de Amorim (Barão de S. André), desfizeram-se dos seus escravos dando-lhe cartas de alforria.

A passagem do engenho Rio Formoso até a condição de município está imbuída de bastante história que revela a identidade e a força do povo que vive na região

que viu (e viveu) cada etapa dessa transição desde 1637 com a construção da capela sob invocação de São José, a 1833 quando foi elevada à categoria de Vila e Sede de Comarca até o dia 11 de junho de 1850 quando passou a ser cidade e sede municipal tendo o Dr. Francisco Romano de Brito Bastos como o primeiro prefeito.

Cada esquina, cada prédio, cada pessoa conta uma história sobre o município. O ar interiorano, os sobrados, o coreto municipal, as igrejas, a cordialidade e a simpatia das pessoas faz com que aqueles quem vêm de fora sintam que a cidade não foi tocada pelo tempo apesar de todos os sinais da modernidade.

## 2.2 OS VALORES E O RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ENGENHO SIQUEIRA

O Engenho Siqueira encontra-se inserido no espaço da zona rural do município de Rio Formoso. Marcado por uma dinâmica ambiental que conta com a presença de morros e colinas, e celebra o encontro do fragmento de Mata Atlântica com o manguezal. A região confere à comunidade residente todos os meios de subsistência que reforçam a identidade de uma comunidade tradicional. A terra fértil possibilitou o desenvolvimento da policultura, e a proximidade da comunidade ao complexo estuarino e aos rios garantiu o crescimento da prática da pesca, logo, essas duas práticas são as principais fontes de renda e de sobrevivência das famílias do Engenho Siqueira.

Figura 01 – Estrada de acesso à Comunidade Quilombola de Siqueira, Rio Formoso – PE.



Fonte: O autor (2016)

Cristiane, 47 anos, pescadora (filha de pescadores), nasceu em Siqueira e fez parte da liderança da comunidade quilombola por oito anos, tendo atuado como presidente por quatro anos, quando questionada sobre o que é cultivado na região ela responde orgulhosa: “de tudo o que você imaginar. A única coisa que você não viu aqui foi cana”.

Fato importante que vale a pena ser mencionado sobre a comunidade de Siqueira é a sua história com a cana de açúcar no processo de posse das terras. Nos registros encontrados no trabalho “O Rio Formoso” de Carlos Xavier Paes Barreto<sup>4</sup> quando ele conta que os primeiros vestígios do município de Rio Formoso se deram onde hoje é o Engenho Siqueira, BARRETO (1995, p.12) afirma que: “é aí que, diz-nos a tradição, existia a antiga cidade cujos destroços não mais se veem. Todos os vestígios desapareceram. Nada resta”. Logo, Siqueira se configurou como o berço do nascimento do município, que mais tarde se desenvolveria de forma fixa numa área mais afastada. Séculos mais tarde, as terras referentes ao Engenho Siqueira passariam a pertencer a Usina Central Barreiros que, em meados dos anos 1990, durante a crise da indústria açucareira que afetou diversas usinas da Zona da Mata

<sup>4</sup> Pernambucano, Carlos Xavier Paes Barreto nasceu na cidade de Recife no dia 12 de novembro de 1881. Formou-se na Faculdade de Direito de Pernambuco em 1906. Em seguida, começou a vida pública como promotor de Justiça na Comarca de Rio Formoso e depois na de Recife. Aposentou-se como desembargador em 1938, e apresentou a monografia “O Rio Formoso” no VIII Congresso Brasileiro de Geografia em 1955.

Sul levando-as a decretar falência, teve que repartir e vender aquelas terras como forma de pagamento.

Segundo VIEGAS (2006):

A produção da cana de açúcar foi, desde o período colonial, a principal atividade econômica da região da zona da mata de Pernambuco. No início dos anos 90, uma série de mudanças é promovida pelo Governo Federal na política da agroindústria canavieira, notadamente a suspensão de subsídios, a privatização de exportações e a elevação das taxas de juros para empréstimos bancários. Diante deste contexto muitos engenhos produtores e usinas de transformação da cana de açúcar que já possuíam dívidas (Bando do Brasil, Governo do Estado, INSS) não conseguiram se reestruturar e entraram em processo de falência. (VIEGAS, 2006, p. 85)

A usina, então, parcelou as terras e as vendeu aos moradores da região como forma de indenização, como afirma Cristiane, liderança da comunidade e representante de vários conselhos do município:

No caso, Siqueira pertenceu a Usina Central Barreiros e, assim, foi a única comunidade que a cana de açúcar não se desenvolveu. Aí o que aconteceu? A usina loteou e vendeu, porque todo mundo aqui, que mora aqui pagou a sua parte.

O não desenvolvimento da cana de açúcar nas terras do Engenho Siqueira se deu porque aquele espaço servia como área de morada para os trabalhadores que lidavam com o corte de cana em outros engenhos, mas moravam e desenvolviam a policultura em Siqueira, tudo permitido pelo dono da usina.

É importante ressaltar que não se pode generalizar as histórias das comunidades quilombolas apenas pelo fato de pertencerem a um grupo histórico e marcados por um passado que os abraça como um todo. Apesar de fazerem parte de um mesmo grupo, cada comunidade conta uma história diferente que moldaram a forma como hoje elas se encontram. Por exemplo, as particularidades e singularidades encontradas na Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira são completamente diferentes das que encontramos na Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas, em Salgueiro – PE. Ambas são frutos de momentos e processos históricos diferentes que definiram os contornos das comunidades hoje.

Enquanto em Siqueira a memória nos conta que tal nome se deu por conta de uma das famílias que ali moravam e a posse das terras se deu através da compra num momento de instabilidade das usinas, em Conceição das Crioulas a memória remonta a chegada de seis negras crioulas que traziam consigo a imagem de Nossa Senhora da Conceição e que arrendaram três léguas em quadra de terra, a partir do

trabalho com a fiação e venda do algodão, em meio ao constante embate com os índios e os poderosos fazendeiros da região. Logo, é perceptível que cada comunidade possui uma característica que define a sua identidade, a sua história.

O reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo certificada pela Fundação Cultural Palmares se deu no ano de 2005, entretanto a comunidade só ficou ciente dessa condição três anos mais tarde, como conta Cláudio Pajeú, representante e liderança da comunidade:

A gente não sabia o que era Quilombola. Porque a comunidade foi reconhecida em 2005, mas só em 2008 que a gente veio saber que ela era Quilombola. E a gente ficou perdido sem saber por que quilombola? O que é que é ser? Aí a gente foi procurar a origem, a gente foi procurar o significado e fazer com que a comunidade se identificasse como tal.

Em meados dos anos 2000, após a grande cheia que atingiu o município, o prefeito em gestão elaborou junto com a Universidade Católica de Pernambuco uma ação de resgate, onde os pesquisadores identificaram particularidades extremamente pertinentes na comunidade do Engenho Siqueira, dando início ao processo de reconhecimento. Mais tarde, em 2010, através de uma ação desenvolvida pela PETROBRAS, um novo estudo sobre as origens da comunidade foi desenvolvido, e este veio reafirmar o sentimento e a identidade que a comunidade já abraçava.

Por atuar como presidente da associação da comunidade na época desta última pesquisa, além de crescido e atuado como professor na comunidade, Cláudio esboçou três versões<sup>5</sup> que remontam as origens da comunidade quilombola de Siqueira. A primeira delas aponta o fato de que graças ao porto de Rio Formoso ser um dos principais pontos de entrada e saída dos produtos produzidos no interior do estado para serem levado à capital, alguns africanos escravizados que vieram trabalhar no desembarque das mercadorias haviam aproveitado a chance e fugiram para o interior da mata, onde hoje se encontra a comunidade de Siqueira, e se refugiado ali.

A segunda versão apresenta a figura de Ganga Zumba, tio de Zumbi, que durante a sua viagem ao Recife para negociar com o governo do Estado a proposta de paz que havia recebido, ficou hospedado em Cucaú (distrito de Rio Formoso) durante sua passagem de ida e volta, e teria passado alguns dias em visita na comu-

---

<sup>5</sup>Essas versões foram constituídas com base em suas pesquisas de forma oral com os moradores mais velhos da comunidade. Ver Pajeú (2011).

de Siqueira, tempo suficiente para gerar descendentes, antes de ser traído e envenenado por seus partidários e falecer em Cucaú.

Em 1678, Ganga Zumba aceitou um tratado de paz oferecido pelo governador Pedro de Almeida, no qual era requerido que os habitantes do quilombo se mudassem para outra região, o Vale do Cucaú. O tratado foi contestado por Zumbi, um dos sobrinhos de Ganga Zumba (acredita-se que este tenha sido envenenado por um seguidor do sobrinho), mas, mesmo assim, alguns negros se encaminharam para o Vale do Cucaú, onde foram restabelecidos pelos portugueses. Contudo, a resistência continuou no Quilombo dos Palmares.<sup>6</sup>

No distrito de Cucaú, onde há uma expressiva pressão da usina e do cultivo da cana de açúcar, também existe uma comunidade quilombola também fruto desse momento histórico, porém, diferente da comunidade do Engenho Siqueira que é reconhecida e se auto identifica como quilombola, esta outra não comunga e nem celebra o mesmo sentimento de pertença e identidade.

Ressalta-se, então, a característica primordial da comunidade de Siqueira que é o seu sentimento de pertença, a sua identidade como quilombola. O reconhecimento feito pela Fundação Cultural Palmares não teria valor tão expressivo caso Siqueira não se enxergasse e vivesse como tal. Antes de receberem o reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo, Siqueira se auto reconhece, se vê, comunga dos valores e vive as tradições e a identidade quilombola e orgulha-se por isso.

Dessa forma, retomando o pensamento anterior, a terceira versão apresentada por Cláudio diz respeito à linguagem (e costumes) encontrados lá na comunidade e que são diferentes de tudo o que é visto na região. Ele ressalta que o modo de falar, de se expressar, de agir e a forma como enxergam as coisas, são as principais características que os diferem do padrão que é encontrado nas áreas circunvizinhas, reafirmando a origem e o passado quilombola.

Cláudio ainda conta que, durante o estudo elaborado pela PETROBRAS, um historiador angolano que fora contratado para realizar as pesquisas na comunidade e estudar suas origens teve uma postura bastante assertiva e direta. Ele diz:

Foi a primeira coisa que ele perguntou, foi a primeira coisa. Ele disse: você conhece o funge? Eu disse: conheço. Ele disse: *apois* a sua comunidade não tem dúvida, ela é quilombola. Foi a única pergunta. E os outros que eu falei foi detalhes pra ele, mas o importante pra ele era saber se tinha funge.

<sup>6</sup> Trecho extraído do artigo online da Fundação Joaquim Nabuco. Ver Lins e Rezende (2014).

Observa-se aqui o valor de um costume culinário, expresso na comunidade, de origem africana (Angola) que define e diferencia, além de reafirmar a identidade quilombola de Siqueira.

O funge é uma comida típica, oriunda de Angola feita de farinha de milho ou mandioca. Seu preparo requer força, pois a farinha ao ser cozida adquire uma consistência pegajosa, transformando-se quase numa cola, e precisa ser mexida até atingir o ponto ideal. Esse pequeno detalhe representa uma característica ímpar da comunidade, pois afirma a sua tradição e a ancestralidade que repassou tais costumes e valores através das gerações.



### 3 A DIMENSÃO CULTURAL E IDENTITÁRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ENGENHO SIQUEIRA.

*“Eu tinha vergonha de ser de Siqueira  
e agora eu me orgulho.  
Quem tinha vergonha de Siqueira,  
agora quer ser de Siqueira.”<sup>7</sup>*

Este capítulo discutiremos as dimensões culturais que configuram a imagem da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira, assim como sua identidade é moldada.

Tendo como base os relatos orais dos entrevistados, buscaremos nas memórias individuais e coletivas os significados que remontarão a forma como a comunidade se projeta para “aquele que vem de fora”, qual ou quais histórias precisam ser contadas, o que a comunidade precisa expressar para ser ouvida e vista diante da sociedade.

Toda essa discussão será amarrada dentro dos conceitos de cultura, identidade cultural, as memórias (individuais e coletivas) e sua interação com a história oral, além de trazer uma abordagem pós-colonial sobre a dinâmica que envolve as comunidades tradicionais nos dias atuais.

#### 3.1 A CULTURA COMO ESPAÇO DE CONVERGÊNCIA DAS DIVERSIDADES

À princípio, o conceito de cultura estava relacionado diretamente ao processo do cultivo agrícola, do que era material. As antigas sociedades enxergavam a cultura como uma atividade de produção daquilo que garantiria o seu sustento, fugindo completamente do conceito antropológico que temos hoje. O processo de transição da sociedade rural para uma sociedade urbana garantiu que houvesse uma transição do que era conhecido como “cultura” para um novo conceito capaz de abraçar noções de valores, ideologias, comportamento, ética, manifestações específicas e, principalmente, noções de identidades.

---

<sup>7</sup> Declaração de Cristiane, pescadora e membro da Associação da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira.

Dessa forma somos convidados a enxergar a cultura de uma forma extremamente ampla, nos permitindo entender e perceber as diversas nuances culturais, as diversas expressões e figuras que estão ao nosso redor, sejam estes a nossa comunidade (aquilo que conhecemos, que temos contato) ou o global (aquilo que se encontra além dos limites do espectro em que estamos inseridos).

O homem é um ser predominantemente cultural. E através da cultura na qual está inserido ele determina os seus limites de acordo com suas concepções. Como Santos e Sena (2012, p. 11) afirmam, “a cultura molda a humanidade em um fluxo constante e esta adquire conhecimentos e experiências que são acumulados ao longo das gerações definindo as características de cada ambiente”. Este processo leva o homem a ver o mundo baseado em sua cultura, através de um espectro pré-definido que automaticamente transforma outras formas de viver, agir e pensar, assim como a forma de enxergar outros costumes, em algo estranho

Relacionando este pensamento com a compreensão de que há uma diversidade cultural, e que esta é, de fato, merecedora de atenção, uma vez que a cultura não pode ser menosprezada, somos capazes de entender que, apesar de fazermos parte de um grupo (numa dimensão global), não compartilhamos os mesmos costumes ou valores, mas nem por isso devemos esquecê-los, muito pelo contrário devemos compreendê-los. É necessário possibilitar a existência e a discussão dessa diversidade dentro da educação, pois este é um dos alicerces fundamentais para construção da identidade do homem. Uma vez que este entende a cultura que o envolve, assim como a existência de culturas, costumes e valores ao seu redor, ele se caracteriza e se define como um ser cultural que compartilha costumes do grupo no qual está inserido, mas compreende o valor de um mundo que está além daquilo que ele conhece.

Consequentemente a cultura passa a compartilhar diversas definições que de forma escrita variam de autor para autor, mas a essência permanece a mesma. Esse leque de definições permite que ela seja ampla e que não seja aprisionada facilmente acabando por reafirmar a condição libertadora e diversa que possui. Para essa pesquisa nos debruçaremos na definição compartilhada por Nardi (2002)<sup>8</sup> no seu

---

<sup>8</sup> Jean Baptiste Nardi é doutor em História Econômica; foi professor de português na França; é atualmente pesquisador da FAPEAL- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas e CNPq. O

artigo “Cultura, Identidade e Língua Nacional no Brasil: Uma Utopia?”, por se aproximar da realidade da comunidade pesquisada e dos conceitos que aqui são discutidos.

A cultura é um processo cumulativo de conhecimentos e práticas resultante das interações, conscientes e inconscientes, materiais e não-materiais, entre o homem e o mundo, a que corresponde uma língua; é um processo de transmissão pelo homem, de gerações em gerações, das realizações, produções e manifestações, que ele efetua no meio ambiente e na sociedade, por meio de linguagens, história e educação, que formam e modificam sua psicologia e suas relações com o mundo. (NARDI, 2002, p. 04. Grifo do autor.)

Sob o olhar de Nardi, para compreender a cultura é preciso aprender a diferenciar o estado de natureza, que compreende a noção mais “primitiva” de cultura no sentido de cultivo e produção, do estado de cultura propriamente dito, e organizá-la em dois elementos fundamentais: as *realizações* e a *transmissão*.

Esse modelo utilizado pelo autor para moldar uma definição de cultura é muito instigante. Por realizações compreende-se tudo aquilo que é realizado pelo homem de forma material ou imaterial, construção intelectual, construção do meio ambiente (sociedade), organização política e econômica, produções e manifestações culturais específicas, símbolos e entre outros. Ou seja, tudo aquilo que é exposto de forma clara aos outros. Aqueles que vêm de fora entram em contato diretamente com o produto das realizações e compreendem esses produtos como as características desse grupo.

No que o autor define como transmissão, compreende-se a forma como o processo de realização é repassado pelas gerações e, para isso, ele utiliza três instrumentos que são: a linguagem, a história e a educação. A linguagem se mostra como a principal forma do homem repassar as suas mensagens e compartilhar as realizações de forma imutável por entre os séculos. A história é o instrumento onde as memórias coletivas são armazenadas e preservadas e, mais tarde repassadas para as novas gerações compartilhando os valores, as tradições, os símbolos e a especificidades de cada grupo. E, dessa forma, a educação é o instrumento que é responsável por ensinar/aprender todos esses valores e repassá-los para que os mais novos aprendam a viver em tal sociedade e realidade.

Essa estruturação se faz bastante pertinente dentro da discussão sobre as comunidades tradicionais, pois essa é a principal forma de manutenção da cultura desse grupo. Em diversos momentos dessa pesquisa os entrevistados reafirmaram o papel da transmissão de certas tradições de forma oral e empírica pelos os seus antepassados da mesma forma como repassam para os mais novos. Dona Alice, moradora do Engenho Siqueira, em sua fala sobre a tradição de sua família no trabalho com plantas medicinais reitera a concepção da transmissão das tradições familiares:

... plantei outras plantas, pimenta de mesa, os pezinho das pimenta de mesa e quando tava bonitinho eu levava, vendia. Aí depois eu comecei a plantar plantas medicinais, erva cidreira, erva doce, xambá, camomila, tudo. Não vou dizer mais porque o tempo é grande e é muitas coisa. [...] Aí fui ficando doente, né, e as meninas foi tomando conta. Aí como agora eu não posso mais, elas tá continuando.

Esses pequenos traços de transmissão cultural definem a identidade que a comunidade do Engenho Siqueira defende e se enxerga. Seus valores e tradições são repassados de forma oral dentro do próprio grupo formando uma cultura própria, com visões e posicionamentos próprios. Voltamos, então, à discussão da pluralidade da cultura que pode se apresentar em diversos níveis, em diversas formas, mas nunca perde a essência do seu conceito.

Por esse motivo é muita prepotência querer compactar as diversas expressões culturais e simbólicas de forma que uma expressão superficial (como a ponta de um iceberg) defina as características de um povo como um todo. A cultura é ampla, diversa e é formada por um processo interativo de traços e valores que se comunicam e constroem novos símbolos, sínteses e significados que se multiplicam e se diversificam constantemente. E nesse mesmo sentido pode-se enxergar a identidade cultural sob a luz de Boaventura de Sousa Santos que a descreve como múltipla, inacabada, em constante processo de reconstrução – enfim, uma identificação em curso (SANTOS, 2002, p. 314 apud ÁGUAS, 2012, p 43).

As identidades vão se moldando de acordo com as variações dos ambientes, com as características e especificidades de um determinado grupo que, mesmo inserido dentro de uma conjectura global é composto por elementos que os diferenciam dos demais. Há cultura dentro da cultura, assim como existem subculturas – não no sentido de inferioridade, mas sentido de divisão – que ao mesmo tempo que são independentes acabam por constituir a cultura na dimensão global. Insistem em supervalorizar a global no sentido que esta seja o reflexo de um todo e menosprezam

as culturas populares, aquelas que são características de um povo, como defende Nardi (2002, p. 04).

Isso é fruto de um processo histórico que recrimina e subalterniza as características das classes populares (apesar de ser expressivamente superior) para que as classes dominantes definam os padrões e as imagens que serão defendidas. É uma tentativa de conter a voz, de conter as expressões de grupos e comunidades para que o poder prevaleça. Se faz necessário, então, abrir espaço para que as vozes que estão sendo caladas ganhem corpo e se manifestem, e encontramos na memória coletiva, como diz Xavier (2009, p. 02) uma “fonte alternativa de reconstrução do passado, proporcionando, no presente, vez e voz aos discriminados, oprimidos, menosprezados e ofuscados pelo discurso do poder”.

Como dito, esse processo histórico vem marginalizando e menosprezando o que é tido como cultura popular, cultura do não-branco desde a era colonial e ainda hoje encontramos marcas desse passado. A pressão das antigas sociedades ocidentais, impondo uma superioridade inquestionável, influenciaram a construção das facetas culturais ao adicionar os seus valores, costumes e até tradições dentro do novo mundo que se formava, mas mesmo assim as considerando inferiores. Atualmente conseguimos enxergar claramente a cultura norte americana influenciar diretamente nas ideologias das sociedades que estão ao Sul Global, e até dentro de todo o espectro o globo. O *american way of life* vem definindo padrões, estilos, comportamentos, interesses, entre outros elementos, por todo o mundo.

A definição de cultura conhece em nossos dias uma amplitude de seu significado. Falamos em cultura de massas e cultura de minorias; compreendemos que não há culturas melhores que outras, mas sim uma diversidade delas; e podemos identificá-la ainda como um complexo conjunto de valores e práticas que os indivíduos constroem e mantêm como identidade de um dado grupo.<sup>9</sup>

Fruto disso conhecemos hoje uma cultura múltipla em todos os sentidos, desde a noção de dentro de uma cultura definida existem elementos oriundos de outras culturas (o que chamamos de aculturação), até o sentido de que a Cultura em si (a cultura global) é formada por um agregado de culturas e subculturas que a fundamenta. Há uma diversidade delas, por isso exaltamos a sua pluralidade que termina por se configurar como um espaço de convergência onde diversos valores e costu-

---

<sup>9</sup> Citação extraída do artigo, Cultura: Entenda o que essa palavra significa, publicado pelo portal de educação da UOL. Ver Campos (2008).

mes se encontram e se fundem para que possamos construir aquilo que entendemos por identidade cultural.

Concluindo esse raciocínio, é preciso entender que a cultura vai além daquilo que é material, do que pode ser visto e tocado. A cultura ela é fluida, dinâmica e está presente em todos os momentos e em todos os lugares. Devemos nos desapegar de um erro que comumente comentemos que é achar que o cultural se resume apenas a edificações, museus e objetos, e passar a compreender que a cultura está onde o homem está. É entender que onde há pessoas, há cultura.

### 3.2 A CULTURA DENTRO DA PERSPECTIVA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Comumente observamos a nossa realidade a partir de um único espectro previamente definido que nos direciona para as noções de certo e errado, que molda o nosso papel dentro de uma comunidade, impõe valores, constrói traços que nos são únicos e que nos condiciona a enxergar tudo através de um único viés. Quando nos afastamos um pouco desse espectro direcionador, somos capazes de enxergar os diversos outros que se encontram inseridos dentro de uma mesma dimensão. Percebemos que existem formas diferentes de enxergar a realidade, formas diferentes de comportamento e posicionamento, valores e traços que nos diferenciam e nos distingue um dos outros. O espectro pelo qual enxergarmos o mundo a nossa volta é a nossa identidade, é aquilo que é característico nosso ou do grupo que pertencemos. Enquanto a dimensão onde os demais espectros convergem, é a cultura. Ela é responsável por unificar e servir de base para cada identidade existente.

A cultura é uma força que rege o sentimento de pertença de um determinado grupo, que expõe os traços que diferenciam e agregam os costumes e valores que são facilmente percebidos para um sujeito que vem de fora. Enxergar a identidade cultural do outro é perceber os traços culturais que o moldaram, a história na qual ele está inserido, perceber também o posicionamento social frente às adversidades do cotidiano e as maneiras utilizadas para contorná-las. Não se deve assumir que há uma cultura e identidade única, e generalizar um todo unificado. A cultura é diversa e está em constante movimento. Cada povo (no sentido de nação) possui uma cultura, uma identidade cultural. Dentro dessa nação existem grupos que apresentam especificidades diferentes, dentro desses grupos existem comunidades que comun-

gam de valores diferentes do grupo no qual estão inseridos. Sendo assim, observamos os diversos níveis culturais e as diversas identidades existentes.

As comunidades tradicionais, mais especificamente as Comunidades Remanescentes de Quilombo, são o perfeito exemplo da dimensão da cultura. Esses grupos partilham um passado pesado e cruel, e encontraram na resistência uma maneira de manter vivos os valores que lhes foram passados através da ancestralidade, assim como a força de criar novos valores e repassá-los para as suas gerações vindouras.

Apesar de serem frutos de um mesmo momento histórico, as Comunidades Remanescentes de Quilombo carregam consigo diferentes histórias. Cada comunidade apresenta a sua essência a partir da forma, local e realidade de quando foram constituídas, o que reforça a diversidade das identidades que são presentes em um grupo e outro. Entender como essas identidades são formadas tem sido um dos objetos de pesquisa de muitos estudos no campo acadêmico. Aprender aquilo que influencia na constituição de uma identidade cultural e o sentimento de pertença de um determinado grupo diferente do que estamos inseridos, é algo inspirador.

A Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira, dentro da perspectiva deste trabalho, é o perfeito exemplo a ser apontado, pois os elementos que influenciaram a construção identitária da comunidade reflete a sua história, reflete os valores que lhes foram repassados e que reforçam a sua identidade. As práticas tradicionais de agricultura e pesca representam a força de sustento da comunidade, ao passo em que a voz e a garra representam a resistência e a luta pelos direitos que lhes são pertinentes. Lá somos capazes de perceber o tradicional e o moderno em um mesmo espaço, uma vez que isso faz parte de sua identidade como afirma Rosa (2007):

Falar em identidade cultural então é compreender um tempo de mudança onde o moderno pode coabitar com o tradicional a comunidade pode coabitar com a sociedade, não há uma anulação de uma modalidade antiga para a substituição de uma outra e sim uma realidade que permite que diferentes temporalidades ocupem o mesmo espaço e estas possam ser vivenciadas concomitantemente pelos agentes sociais. (ROSA, 2007, p. 34)

As comunidades (ou povos) tradicionais, como assim se configuram dentro da discussão da problemática ambiental, os povos indígenas, as comunidades remanescentes de quilombos, pescadores, marisqueiras, dentre outras, vem sendo objeto de estudo em diversos níveis, desde o governamental até o acadêmico. Estas co-

comunidades representam um papel fundamental na luta pela conservação e preservação do meio ambiente em suas diversas interações como conhecemos.

O interesse repentino para o desenvolvimento de tantas pesquisas, além do econômico que, infelizmente, busca limitar a força dessas comunidades para saciar a própria ganância, se dá pelas riquezas que se encontram escondidas dentro dos limites culturais desses povos, assim como os limites físicos territoriais que contam de forma particular uma história para cada comunidade, e é responsável pelo sentimento de pertença àquela terra, pela construção de sua identidade e, principalmente da sua cultura.

De acordo com o decreto constitucional nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007<sup>10</sup>, povos e comunidades tradicionais são caracterizados como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

A territorialidade é uma das grandes características desses povos uma vez que se configura como o principal ponto de discussão e luta no âmbito social, luta esta que também é compartilhada pelos movimentos sociais, como o Movimento Sem Terra, por exemplo. Sucintamente, o território é um espaço de convergência e perpetuação cultural, social e econômica dessas comunidades, pois é nele que são desenvolvidas todas as suas interações e que guarda a história daquele povo. O território define o espaço onde as memórias se encontram e se perpetuam construindo a identidade, transpondo os limites físicos e se transformando no que Halbwachs (2013, p. 33) chama de *comunidade afetiva*, que seria o espaço onde as memórias coletivas confluem graças às interações sociais das pessoas de um mesmo grupo, podendo reforçar, enfraquecer e até mesmo complementar a percepção geral sob um determinado aspecto.

A perspectiva sobre a definição da identidade cultural desses povos parte do princípio do auto reconhecimento. Suas práticas e ações características definem as especificidades de cada grupo e garante-lhes corpo e voz para que sejam vistos e ouvidos nas discussões sociais que lhes são pertinentes.

---

<sup>10</sup> Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.



Essa perspectiva [a da identidade cultural] passa a ser evidente, sobretudo como resultado da influência de reflexões em torno de temas como identidade e cultura nacional, raça, etnia, gênero, modernidade/pós-modernidade, globalização, pós colonialismo, entre os mais importantes, dentro do espectro dos estudos culturais. (ESCOSTEGUY, 2001 p. 139)

Sob um olhar pós-colonial, observa-se que o discurso do poder empurra esses grupos para as sombras e ignoram seus valores identitários. As comunidades tradicionais são marginalizadas e tratadas como subalternas pelos poderosos que tentam silenciar os seus valores e costumes, desprezam sua cultura e rejeitam a sua identidade. O intenso embate travado por esse grupo social na defesa e luta pelo seu espaço, pela sua terra, não é fruto de ações recentes. Esses embates remontam uma cadeia de repressão que massacra impiedosamente desde a chegada do homem branco, europeu, heterossexual e cristão no então chamado 'novo mundo'.

Nessa perspectiva, o auto reconhecimento como pertencente de um determinado grupo étnico, racial, social é jogado à invisibilidade e ao silêncio graças à pressão econômica, política e fundiária e, principalmente, à aversão do homem colonizador<sup>11</sup> à cultura que não é a sua, e que lhe causa incômodo e faz com que trate tudo que está fora da sua bolha cultural como estranho e repulsivo, e não merecedor de atenção.

Portanto, conhecer a identidade desses povos, comungar das suas práticas e tradições, e mergulhar no oceano de riquezas diversas que se encontram no seio de suas comunidades, é o primeiro passo para arrancá-los da subalternização para onde foram empurrados e colocá-los de volta ao palco das ações. O reforço da identidade é essencial para que as comunidades tradicionais possam provar, do que já foi citado, do corpo e voz que lhes é de direito, além, é claro, de reafirmar o sentimento de pertença.

Outro elemento que se apresenta como característica das comunidades tradicionais é o desenvolvimento de práticas sustentáveis de subsistência. Essas comunidades fazem uso dos recursos naturais disponíveis no seu território para garantir o sustento familiar seja através da produção para próprio consumo ou para fins de comercialização. Em grande maioria, as práticas desenvolvidas por eles são comple-

---

<sup>11</sup> Considerar este termo como uma metáfora que transpõe os momentos históricos e relaciona a postura do homem colonizador com a do homem atual.

tamente tradicionais, ignorando a pressão agroindustrial moderna, e valorizando o saber tradicional repassado de geração em geração.

De acordo com Altieri (1991, p. 01), “o conhecimento dos sistemas tradicionais de produção, as práticas de manejo e a lógica ecológica que as sustentam, está se perdendo”, mas encontramos nas comunidades tradicionais a forte resistência em manter essas práticas vivas porque elas não só oferecem benefícios ao meio ambiente, mas representam e carregam traços culturais dos seus antepassados.

Observando a Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira, percebe-se a valorização e o respeito pelas práticas tradicionais de agricultura e produção. Apesar de estar inserida dentro de uma região que sofre uma grande pressão da indústria açucareira, a comunidade quilombola preserva as tradições de cultivo que superaram as barreiras do tempo e se mantem vivas até hoje. Os saberes tradicionais representam para os componentes da comunidade, uma característica que os distingue, e eles se orgulham por isso. Como dito anteriormente, a comunidade está localizada dentro de um território privilegiado, com um solo extremamente fértil o que facilitou o desenvolvimento das práticas agrícolas que se configura como a principal fonte de sustento das famílias, assim como as práticas de pesca.

Após o reconhecimento pela Fundação Palmares, todos os olhares voltaram-se para a comunidade e isso permitiu que eles encontrassem mais oportunidades dentro do município. “Depois que nos reconheceram como quilombolas, todo mundo queria ser de Siqueira”, afirma Cristiane, pescadora e liderança da comunidade. Essa atenção rendeu também a oportunidade da comercialização dos produtos produzidos dentro do quilombo no centro da cidade, uma ação a fim de promover a cultura quilombola e inseri-los na rotina municipal, e uma forma de ajudar na obtenção de renda familiar. Dessa forma, toda quarta-feira no centro da cidade há a feira quilombola, onde as famílias do Engenho Siqueira comercializam os seus produtos desde raízes, frutas e verduras à ervas medicinais, pescados e até artesanato.

Logo, estudar os elementos que fundamentaram a construção da identidade quilombola do Engenho Siqueira é uma ação valiosa e convidativa, uma vez que será possível identificar algumas das nuances identitárias dessa comunidade, além de contribuir de maneira direta no trabalho de rememoração do passado desse grupo construindo um estudo que possa servir de base para perpetuação da sua história.

### 3.3 A IDENTIDADE CULTURAL QUILOMBOLA DO ENGENHO SIQUEIRA

Séculos separam as primeiras comunidades quilombolas do período colonial das comunidades que conhecemos e temos acesso nos dias atuais. O tempo parece esconder as feridas de um passado cruel e branco, entretanto, as marcas permanecem vivas nas memórias, nas falas e nas lembranças daqueles que vivem hoje uma era mais amena (levando em consideração os entraves e as lutas nos diversos cenários sociais em que estão inseridos), livre e independente. Aquilo que ficou na história serviu como alicerce para a construção de uma identidade orgulhosa, forte e bastante duradoura. Essa identidade que busca liberdade, voz e direitos é a mesma identidade que carrega as tradições, os valores e a cultura de um grupo distinto, mas que compartilha um passado e uma história em comum.

E essa história começa por volta de 1550 quando os portugueses começam a vender homens e mulheres africanos para trabalhar como escravos nas plantações de cana de açúcar da colônia recém descoberta. A mão de obra dos negros substituiu com vigor a escravização indígena por uma questão de rentabilidade, porte físico e produção, o que transformava esses homens num serviço caro, mas eficaz. Os negros, oriundos de diversas regiões da África, chegavam ao Brasil em situações precárias e eram tratados como simples mercadorias.

Muitos não suportavam as condições inumanas às quais eram sujeitados durante a travessia do atlântico e seus corpos eram atirados ao mar, enquanto aqueles que conseguiam chegar em terra firme eram apresentados como objetos, separados de seus familiares (por medo dos senhores de engenho do surgimento de pequenas rebeliões), vendidos e levados ao trabalho braçal sem o mínimo de cuidado ou preocupação. Os negros, tratados como propriedades comuns, eram bastante lucrativos para seus senhores, além de uma importante fonte de status, porém, eram submetidos a trabalhos pesados e punições severas, como o açoite em praça pública, vazamento dos olhos, castração e pancadas de palmatória. “Essa lógica de castigos e repressões era necessária para o funcionamento da ordem escravocrata, pois, caso contrário, o escravo poderia recusar-se a trabalhar e se rebelaria ao cativo” (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES; 2014, p. 109).

Durante o período colonial, e por mais de seis décadas após a independência do Brasil, em 1822, a escravidão foi um sistema de trabalho essencial para a eco-

nomia brasileira, especialmente na mineração e na produção de algodão e cana de açúcar. O trabalho escravo massacrou milhares de homens e mulheres para atender a supremacia do homem branco que se autodenominava superior, que renegava as suas culturas, os seus costumes e as suas crenças. E o Brasil vivia um período que buscava a sua independência, mas negava a independência de inocentes. Logo as discussões sobre extinguir ou não a escravidão se tornara palco das principais rodas de debate sobre o futuro da nação que estava prestes a surgir, e o primeiro passo para isso, seria a libertação dos escravos.

Nesse período a Europa vivia o ápice da revolução industrial. A economia europeia estava a todo o vapor e a busca por mercados consumidores era de extrema necessidade. Como se sabe, a Inglaterra, que por muitos séculos apresentou-se como uma das principais nações atuantes no comércio de escravos, encabeçou uma postura libertadora e que recriminava o sistema escravista, uma vez que este se apresentava como retrógrado frente à expansão industrial que se espalhava pelo continente. Forte foi a pressão inglesa para com os países que usavam a mão de obra escrava em suas terras, primeiro impondo o fim do tráfico negreiro e logo depois a abolição da escravatura.

A partir de um olhar ingênuo podemos parabenizar a Inglaterra por uma ação humanitária, fraternal e altruísta e que demonstrava que a humanidade não havia sido perdida. Entretanto, não se deve deixar ludibriar por esse discurso utópico, uma vez que as intenções inglesas não foram nada menos que egoístas. O seu avanço econômico, como dito, carecia de um mercado consumidor e assalariado para que o fluxo de mercadoria pudesse existir. As colônias estavam repletas de pessoas que viviam de forma precária, mas se configuravam como um mercado em potencial. Por isso o interesse repentino da Inglaterra na luta contra a escravatura, estendendo os seus dedos ao Brasil ainda em 1826 na tentativa de abolir o tráfico negreiro.

Desse momento em diante há um desdobramento de eventos que conhecemos muito bem, desde a Lei Feijó (mais conhecida como lei pra inglês ver), a Lei Eusébio de Queiroz, as diversas revoltas espalhadas pelo país, a explosão dos movimentos abolicionistas, a ascensão do Quilombo dos Palmares, até a promulgação da Lei Áurea em 1888 que viria pôr fim no regime escravocrata tornando o Brasil o último país a tornar ilegal uma das obras mais nefastas criadas pelo homem.

A Lei Áurea de 13 de maio de 1888 instituiu formalmente a proibição da escravidão, porém não significou o acesso de negros e negras a direitos ou o fim da segregação desses sujeitos pela sociedade. Desta forma, os libertos passaram a viver em situação de descaso, sem acesso à saúde, educação ou terras para cultivo e ainda amedrontados, refugiando-se em terras afastadas, de difícil acesso e livres, com medo de que a decisão fosse revogada e estes tivessem que voltar ao trabalho inumano ao qual foram impostos.

Os quilombos tornaram-se locais de resistência para aqueles que lutavam contra a opressão do homem branco que subalternizava a sua cultura e costumes, e os empurrava para invisibilidade como um objeto descartável e sem valor. Nesses espaços, comumente afastados dos grandes engenhos e/ou cidades, os negros desenvolveram as suas tradições sem medo e em liberdade, apesar de não serem oriundos de uma única região da África, podiam compartilhar ali seus valores. Os quilombos, de uma maneira mais simples, serviram como espaço de reafirmação do estilo de vida africano que reconhece o valor do comunal e coletivo, serviam de espaço para que os negros que fugiam do trabalho escravo, pudessem se reconectar com a sua cultura e, principalmente, com a sua religiosidade.

Furtado, Sucupira e Alves (2014, p. 110) ressaltam que o isolamento era uma das estratégias utilizadas pelos quilombolas para garantir essa reaproximação com os valores e cultura africana. Mas, o isolamento também servia como um mecanismo de defesa e resistência, uma vez que dificultava as buscas pelos escravos fugidos ou qualquer ataque oriundo do branco opressor.

Os quilombos, assim como os de hoje em dia, apesar da majoritária presença de negros africanos, também serviam de espaço comunal para índios e até por brancos em situação de extrema pobreza. O caráter fraternal e ao mesmo tempo valente defendido pelas comunidades quilombolas, despertou esse desejo de liberdade e pertença ao local onde estão instalados, não permitindo que nada venha a perturbar aquilo que construíram com muito suor e sofrimento. Esse aglomerado de “povos invisíveis” em um único lugar, permitiu que o colonizador, o dominador, a manter esses grupos afastados dos cenários das grandes discussões, negou-lhes voz, negou-lhes praticamente o direito de existir, escondendo-os nas sombras do seu egoísmo.

“Sabemos que boa parte dessas comunidades encontram-se ainda na invisibilidade, silenciada por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e excluídas política e socialmente” (COSTA FILHO, 2010). Também é fato que para a sociedade que se auto denomina superior, é muito fácil ocultar a imagem das minorias, do negro, mas querer lucrar com aquilo que eles têm a oferecer. Basicamente vivemos numa realidade onde a cultura, a identidade, os valores e as expressões de grupos étnicos e raciais, e povos tradicionais são extremamente valiosos desde que o seu criador não seja exposto. A sociedade preconceituosa busca negar a validade da presença do negro achando grotescos os seus trejeitos e costumes, como por exemplo para fins de visualização, o uso do cabelo “rastafári”, mas exaltando o uso deste no branco burguês da capital.

Nesse sentido, Furtado, Sucupira e Alves (2014) ainda afirmam:

...o estigma da invisibilidade, atribuído a um passado histórico em que era necessário esconder-se para continuar existindo diante de um sistema colonialista opressor, é questionado na atualidade, pois essas comunidades tiveram que se tornar visíveis para reivindicar seus direitos perante o Estado. (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES; 2014, p. 109).

Não muito obstante do que Leite vem afirmar:

O quilombo é um termo usado desde o período colonial escravista. Embora tenha sido também associado a um conjunto de reações que decorrem do prolongamento das relações de dominação, em anos recentes, aparece relacionado às mais diversas formas de protesto, conspiração, revolta, fuga e rebelião. Esta constatação nos permite inicialmente afirmar que o quilombo é um conceito trans-histórico, pois atravessa diversos períodos, contextos e situações, trazendo em seu núcleo central, um sentido que se mantém – o da não aceitação das diferentes formas de dominação (LEITE, 2007, p. 4).

Essa realidade acontece diariamente e não só com a comunidade negra, mas também podemos encontrá-la com a comunidade LGBT+, Comunidades Indígenas, com os diversos movimentos sociais, nas discussões de gênero e entre outras. Essa necessidade de negar a identidade do outro é fruto do processo citado anteriormente que menospreza a cultura popular e valoriza uma cultura global-padrão numa tentativa de fazer com que esta seja mais credora de validade.

Nesse sentido, a construção de uma identidade cultural bem definida se dá a partir de pequenas ações, práticas e símbolos defendidos e utilizados por um grupo ligados diretamente ao sistema local<sup>12</sup> em que estão inseridos, uma vez que este

<sup>12</sup> Considerar a expressão “Sistema Local” relacionando a noção de territorialidade do grupo/comunidade estudado.

está imbuído pela história e as tradições que são repassadas dentro dos limites físico/territorial, ressaltando assim a profundidade histórica e os elementos guardados na memória presentes naquele espaço, indo além do fator e valor fundiário.

Araújo (2011), em sua dissertação de mestrado que teve a Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira como objeto de estudo, atentou justamente para esse sentimento de pertença ao local como parte fundamental para a construção da identidade do quilombo. Ela diz que:

Há na comunidade uma territorialidade, um “sistema lugar”, formas de se identificar e se diferenciar, que podem não significar necessariamente uma “filiação” à identidade quilombola, mas delinea um modo de vida próprio, que tem preservado hábitos costumes e modos de conviver com a natureza que são muito diferentes das outras áreas circundantes, que se encontram sob o domínio do sistema de *plantation* da cana de açúcar. (ARAÚJO, 2011, p. 23. Grifo do autor)

A preocupação ambiental é uma característica marcante da comunidade do Engenho Siqueira. Estes quilombolas possuem uma noção do seu papel enquanto parte não obstante do meio ambiente que se mostra diferente do que podemos encontrar nas áreas vizinhas e, principalmente, encontrar essa característica em uma outra comunidade remanescente de quilombo, entretanto, isso não significa afirmar que não existam comunidades quilombolas que desempenham e vivenciam essas práticas ambientais dentro de sua dinâmica, muito pelo contrário. Nesse momento destacamos essa como uma das características mais marcantes da comunidade do Engenho Siqueira que a difere das demais comunidades circunvizinhas. Ações de proteção e conservação ambientais (que serão apresentadas mais tarde) são desenvolvidas constantemente pelos quilombolas como parte de sua rotina. O conhecimento empírico das técnicas de preservação se encontra entrelaçado com os saberes da academia, uma vez que alguns moradores possuem uma formação escolar e técnica, o que garante que eles não consigam fugir da tradição que lhes foi passada pelos seus antepassados para o cuidado da terra que possuem.

O desenvolvimento dessas ações e a perpetuação da utilização das práticas de preservação constituem o processo de construção da identidade cultural da comunidade do Engenho Siqueira, uma vez em que ela é intrínseca aos componentes desse grupo e até mesmo aqueles que não são filhos da terra e ali se instalaram anos mais tarde, possuem o conhecimento e a liberdade de utilizá-las e perpetuá-las, da mesma forma que todos podem trabalhar para garantir que haja um cresci-

mento, melhorias e mudanças nessas práticas e nesses costumes, pois assim como a cultura não é estagnada os processos dentro dela também continuam em constante transformação.

Durante uma das entrevistas a Cláudio Pajeú, que desde o primeiro ano de vida foi criado dentro da comunidade quilombola e passou a comungar e partilhar dos seus costumes e viver aquela realidade, ele foi questionado sobre o que define a identidade do Engenho Siqueira, e em sua fala ele diz:

Os nossos ancestrais sempre ensinaram a valorizar aquilo que nós somos e o que temos. Então essa questão de poder dizer que é quilombola é com muito orgulho porque basta você conhecer a origem que você pertence que veio de geração em geração. Então a árvore genealógica nos dá oportunidade pra poder a gente confirmar que a nossa identidade é de povo afrodescendente.

Na fala de Cláudio enxergamos nas entrelinhas a presença forte da ancestralidade e do repasse oral de um passado histórico. Os valores ensinados por aqueles que vieram primeiro constituem a base da comunidade que existe hoje, e percebemos isso claramente quando colocamos os pés dentro da comunidade e conhecemos a sua dinâmica.

Cláudio também ressalta que o dialeto, a forma de falar, também é uma característica que distingue a comunidade do que encontramos na região, assim como o costume do casamento entre si, uma vez que todos são parentes, costume esse que, de fato, possui origem africana sendo que os casamentos se davam entre as pessoas de um mesmo clã na tentativa de evitar conflitos. Essa característica claramente permaneceu durante o nascimento dos quilombos, as terras livres onde os negros podiam viver com liberdade seus costumes, crenças e tradições longe do olhar opressor do Senhor de Engenho e do Capitão do Mato.

“É porque, assim, a fala é completamente diferente. Num é, assim, a gente mesmo tá conversando e parece que tá brigando”, confirma Cristiane quanto a essa afirmação de que o dialeto, a forma de falar, se configura como uma característica própria da comunidade. Ela também ressalta que o modo de plantar se destaca como característica da identidade do quilombo. Percebemos também as práticas artesanais com o beneficiamento de materiais da própria região, assim como os traços culinários de matriz africana reconfigurado para a realidade dos sujeitos, o imaginá-



rio e a mitologia da comunidade, se apresentam como elementos que configuram e reafirmam a identidade compartilhada pelo grupo.

Dessa forma, a construção da identidade cultural quilombola do Engenho Siqueira parte do princípio do compartilhamento de significados, símbolos e valores que constituem as interações dentro do grupo. É fácil acreditar que a configuração de uma identidade acaba por limitar a mesma. Assim como a cultura, como dito anteriormente, a identidade é um processo que se renova, que adquire novos conceitos, conhece novos limites e permanece se reinventando. A identidade cultural conhece nos dias atuais duas dimensões, a individual e a coletiva. Somos convidados a observar essas dimensões com bastante atenção, pois elas parecem seguir caminhos opostos, mas na verdade acabam por convergir numa única direção e garante uma pluralidade, ou uma identidade híbrida.

A nossa noção de identidade parte do grupo no qual estamos inseridos, onde compartilhamos os mesmos valores e costumes e nos identificamos passivamente com eles tornando-os parte de quem somos, como salienta Hall (2000). Então ela vai se adaptando de acordo com o sistema cultural que a direciona e é isso que garante a diversidade identitária que conhecemos, e como já foi usado como exemplo anteriormente, garante a diferença e a pluralidade de um determinado grupo que compartilha uma mesma origem, mas possuem características diferentes, como é o caso da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira e da Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas.

Portanto, no sentido individual entendemos a forma como o indivíduo se enxerga dentro da dinâmica em que se encontra, a noção do auto reconhecimento quanto parte de um determinado grupo, ou daquilo com o que ele se identifica, mesmo não sendo compartilhado pela grande maioria. É uma dimensão mais subjetiva e própria, que garante o crescimento pessoal do próprio indivíduo, uma vez que ele é nômade<sup>13</sup> e pode migrar de um local para o outro e conhecer e compartilhar os novos costumes, os novos valores e tradições compartilhado pelo grupo e/ou cultura que ele está tendo contato. Por esse motivo é tão difícil acreditar numa identidade imutável e estagnada.

---

<sup>13</sup> Entende-se o termo “nômade” no sentido de que o sujeito caminha e interage em diversos ciclos sociais e culturais, podendo estar livre das fronteiras do seu grupo de origem.

Partindo para a dimensão coletiva, encontramos nela a noção do “quem somos” e isso é relacionado ao nosso posicionamento social, cultural e histórico, as nossas afirmações enquanto um grupo, assim como as negações daquilo que acreditamos e/ou defendemos. É o sentido da coletividade, da transmissão, do compartilhamento e do poder comungar os mesmos valores, tradições e símbolos que nos diferem dos demais.

A constituição da identidade se dá por um grupo de indivíduos ao compartilharem significados e objetos simbólicos como língua, história, religião, interesses, gostos e cultura, em oposição aos que não partilham e se colocam, portanto, no lugar de alteridade. (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES; 2014, p. 108)

Nesse sentido, para a construção da identidade, as duas dimensões convergem no conceito da alteridade e garante que haja o confronto entre ‘aquilo que eu sou’ e ‘aquilo que o outro é’. Sem esse confronto é impossível construir uma identidade, pois estaríamos mergulhados numa mistura homogênea onde nada mais se difere e é tudo igual. A alteridade permite que exista o contato com o outro servindo como um espelho para ressaltar as nossas diferenças, garantindo que eu possa me identificar, ou não, com aquele grupo em questão.

A alteridade vem permitir, então, a diferenciação, vem definir quem é o outro e torná-lo identificável, (in)visível e previsível. Para Cucho (2002, p.187), “a imposição de diferenças significa mais a afirmação da única identidade legítima, a do grupo dominante, do que o reconhecimento das especificidades culturais”. De fato, ao vislumbrarmos o ‘outro’ tendemos a abominar suas práticas e sua imagem ao invés de conhecer e valorizar aquilo que difere de quem somos. Acabamos por marginalizar e invisibilizar grupos étnicos e raciais, como por exemplo, as Comunidades Quilombolas, apenas por não compartilharmos os mesmos costumes e valores.

Assim como no passado colonial, a identidade quilombola se constrói, ainda atualmente, como uma identidade de luta e resistência: antes, contra a captura e a escravização; hoje, contra a invisibilidade e a negação da existência desses sujeitos enquanto quilombolas. (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES; 2014, p. 112)

As autoras nos convidam a refletir nessa passagem o quanto ainda é difícil para as comunidades tradicionais, as comunidades quilombolas, sair das sombras que o senhor de engenho as empurrou e poder se livrar das amarras que os impedem de ter vez e voz nos dias atuais. A identidade quilombola vai se construindo e reconstruindo diariamente tendo como base um passado que por muitos é esqueci-

do, mas que moldou toda a dinâmica na qual as comunidades quilombolas se desenvolvem, desde aquele sujeito que possui uma pequena plantação para subsistência reafirmando as suas tradições, até aquele sujeito que deixa as suas terras durante o dia para ir trabalhar na cidade e garantir o sustento de sua família, que à noite volta pra casa ainda com a noção do coletivo e sem perder a essência de ser quilombola.

### 3.4 CONHECENDO O OUTRO A PARTIR DA COMPARAÇÃO DE REALIDADES

Aprofundando ainda mais a discussão sobre identidade, aquilo que faz o sujeito perceber quais características ele compartilha com o seu grupo que termina por diferenciá-lo dos demais e constrói a noção de identidade que ele defende, trazemos a ampliação desse conceito dentro da realidade de um Assentamento do Movimento Sem Terra, o Assentamento Pedro Inácio, que assim como a Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira, possui uma identidade própria firmada e se reconhecem e orgulham-se por compartilhar os símbolos daquele grupo.

Para fins de esclarecimento, as ações que serão descritas adiante não fizeram parte do cronograma desta pesquisa e nem foram realizadas para esse fim. O trabalho com o Assentamento Pedro Inácio se deu graças à uma ação da aula interdisciplinar, no curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, do IFPE, que buscou promover a discussão sobre a importância da Educação Ambiental trabalhada de forma interdisciplinar dentro do assentamento. Com o auxílio de diversos componentes curriculares, foi possível construir e elaborar estratégias a serem apresentadas e aplicadas à comunidade como alternativas para a melhoria de sua dinâmica. Essa ação rendeu frutos, e este se fez pertinente dentro da temática em discussão.

Buscou-se, então, desenvolver uma estratégia que não apenas levasse uma solução acadêmica e cheia de formalidades a fim de transformar uma realidade consolidada. Primeiramente, se fez necessário realizar uma reflexão no que diz respeito ao “conhecer o outro”, uma vez que é impossível desenvolver qualquer atividade sem conhecer, ou ao menos compreender a dinâmica de onde se irá atuar<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> O uso da palavra ‘atuar’ nesse contexto se apresenta mais adequado porque o seu sentido é mais amplo e mais aplicável, tendo em vista a realidade da comunidade onde as ações de EA foram desenvolvidas. Dispensa-se uso da palavra “intervir”, pois todas as atividades desenvolvidas não tive-

Estamos acostumados a viver dentro da comodidade da nossa realidade, dentro do nosso grupo nativo, logo, o nosso contato com outros espectros se mostram extremamente limitados ou superficiais. Trazendo essa afirmativa para dentro da discussão em curso, percebemos que a noção do indivíduo urbano, cercado por culturas e subculturas, pressões midiáticas, sociais, econômica e política, que muito se diferem da realidade de uma comunidade de movimento social, causa certa estranheza quando se depara com um grupo tão singular e diferente daquilo que já estão acostumados a conviver. O que é de fato um Assentamento MST? Qual a sua realidade? Quais atividades são desenvolvidas? Como vivem e do que vivem? Esses, e outros, questionamentos se configuraram como o principal ponto de receio para trabalhar dentro daquela comunidade (ou de qualquer outra). Esse receio é fruto de uma pressão midiática que oprime, recrimina e caracteriza o Movimento Sem Terra como algo grotesco, errado e desrespeitoso. Esse preconceito se difundiu e enraizou de forma inconsciente na mente de muitos e nós não nos demos conta, até quando se fez necessário.

Os movimentos sociais do campo são caracterizados pela resistência, luta e defesa de um ideal comum que lhes é de direito. São constituídos por indivíduos marginalizados e esquecidos socialmente, ou que de alguma forma não se encaixam nos padrões da sociedade opressora. Dessa forma, a luta travada por esses grupos é extremamente difícil e cansativa, não somente pela negação daquilo que buscam, mas pelo cansaço de lutar contra uma força que diariamente deturpam a sua imagem e os empurram para as sombras.

Essa é a realidade que o MST enfrenta diariamente quando os seus valores, a sua luta, a sua imagem e principalmente a sua identidade são apresentados de forma deturpada e completamente desconstruída para a grande massa, tornando-os vilões quando na verdade buscam apenas compreensão e oportunidade.

Valença (2014) nos convida a enxergar esses sujeitos como eternos batalhadores de uma luta infundável:

O MST agrega esses excluídos, convidando-os a participarem de um processo intenso e demorado de luta que não é finalizado com a conquista da terra, um processo localizado em uma “cerca” que divide: interesses sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais; gentes excluídas de gentes

---

ram a função de transformar uma realidade existente, ou ajudar de alguma maneira, mas sim, de enriquecer de forma gratuita, de trocar saberes, de integrar.

não excluídas; a vida da morte. Os Sem Terra da frente de massa se responsabilizam pela inclusão desses povos nesse movimento social do campo brasileiro. (VALENÇA, 2014, p. 56)

Sob essa perspectiva podemos enxergar o Assentamento Pedro Inácio, localizado no município de Nazaré da Mata – Pernambuco. Trata-se de uma comunidade marcada pela luta e resistência, carrega traços de um massacre frio e cruel que tirou a vida de inocentes que não queriam nada além do seu direito à terra, do seu direito à vida. Um massacre fruto da mesquinhez humana que não se cansa de priorizar o poder pelo poder e se recusa a enxergar o valor das pequenas coisas. A comunidade aprendeu a superar (não a esquecer, mas superar) esse momento de tristeza e consolidou a sua permanência na região. Lá são desenvolvidas práticas agroecológicas para o sustento familiar, assim como para a produção de renda, porém sempre respeitando a capacidade de suporte do ambiente. Os saberes e práticas tradicionais de cultivo e da agricultura são repassados para as gerações que permanecem na comunidade e decidem seguir os mesmos caminhos dos seus pais e avós, perpetuando a permanência de uma cultura própria e de uma identidade consolidada.

Imediatamente conseguimos desmistificar aquela imagem que foi alojada dentro do nosso subconsciente de que os assentamentos do Movimento Sem Terra não possuem sentido, necessidade ou não são dignos de valor, entretanto, basta um simples olhar para a beleza da comunidade para provar o quão manipuladora e calculista é a mídia, e o quanto é seletiva na forma como apresenta as informações ao público, e o quanto é capaz de distorcer a realidade para que seus atos sejam justificáveis.

Os próprios assentados reconhecem a imagem como são apresentados, e a maior preocupação deles é fazer com que as pessoas conheçam a sua verdade, que quebrem esse receio e que percam o medo. Como a própria Luci (moradora do assentamento e liderança) nos convida a refletir quando diz: “...que os alunos se sintam à vontade para fazer perguntas, sem receios de nós como Sem Terra que somos. Pois agindo dessa forma, os mesmos teriam respostas mais precisas”. Ela não pede nada além de que sejamos abertos para conhecê-los.

Lá encontramos homens e mulheres de fibra, que lutam pelos seus direitos e valorizam a vida acima de tudo. Valorizam a terra que hoje possuem, pois compreendem a importância da luta que travaram anos atrás para garantir a oportunidade

de viver. Fazendo uso do preconceito que nos foi imposto involuntariamente, é surpreendente entrar na comunidade e conhecer a sua dinâmica e deixar-se mergulhar dentro de uma noção identitária que foge completamente do espectro em que estamos inseridos e, dessa forma, somos capazes de perceber que assentamento não se distancia da nossa realidade, a única coisa que nos difere somos nós mesmos com as nossas próprias especificidades.

Em Pedro Inácio encontramos uma comunidade viva, com um grupo coordenador estabelecido e ativo que representa a todos fora da comunidade e atua como principal direcionador do que é feito dentro do assentamento. Encontramos também uma comunidade consciente do seu papel quanto meio ambiente, preocupada com a preservação e conservação ambiental, e que valorizam aquele pedaço de terra, pois é a partir dele que tiram o seu sustento. Lugar com um povo alegre e que possui uma cultura própria<sup>15</sup>, com um modo de enxergar as coisas sem criticá-las ou desmerecê-las, mas de maneira a respeitá-las e abraçá-las.

Ao compararmos a realidade do Assentamento Pedro Inácio com a realidade da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira, imediatamente acreditamos que estes compartilham universos completamente diferentes, porém, apesar de serem frutos de momentos históricos distintos, possuem uma história completamente singular e se apresentam como homens e mulheres com as próprias visões pré-definidas. Podemos perceber, então, que a mesma influência que invisibiliza um grupo e o empurra para a marginalização e nega seus direitos, é a mesma influência que sufoca o outro. Os dois grupos são distintos em suas configurações, mas não se confundem. O processo de alteridade descrito por Hall, permite que ambos possam conhecer um ao outro, conviver, compartilhar elementos, porém, quando há o contato com as diferenças expostas, os dois grupos reafirmam as suas identidades sem deixar-se confundir pela do outro, pois reconhecem a qual grupo pertencem. São as singularidades que os diferenciam e reafirmam os seus valores.

É importante destacarmos que a questão fundiária é um elo entre os movimentos sociais do campo e uma singularidade em suas identidades culturais.

---

<sup>15</sup> A partir dos diversos conceitos de Cultura (em sua amplitude), compreende-se o modo de vida, de comportamento, de agir e dos costumes difundidos dentro do assentamento.

A identidade é constituída por símbolos que são compartilhados dentro de um grupo específico e que definam as suas características e permitem que haja os contrastes, as diferenças, quando as duas variáveis são postas para análise. Não há identidade, ou identidades culturais se não existir um outro que seja diferente daquilo que somos. Sem a existência do outro e de suas especificidades a nossa identidade, de certa forma, não existe porque somos todos iguais. Entretanto, quando se há contato, quando se há a constatação de diferenças entre o “eu” e o “outro”, aí enxergamos e reafirmamos uma identidade respaldada pelos símbolos que compartilhamos.

Dessa forma precisamos conhecer aquilo que está além do nosso espectro e dos limites da nossa identidade. E ao conhecermos, passamos a ser responsáveis pelo outro. Quando conhecemos o outro acabamos por despertar aquilo que Boff (1999) chama de cuidado, “representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro”. Quando falamos em “cuidar”, imediatamente relacionamos a necessidade de proteção e segurança. Entretanto, esse cuidar possui dimensões muito mais profundas e íntimas que dignificam e distinguem cada ser humano do outro. O cuidado para um homem que vive, por exemplo, no centro da movimentada Recife onde tudo é extremamente rápido e difícil de deixar-se envolver, pode ser algo extremamente dispensável e sem valor. Por outro lado, observando a partir da perspectiva de alguém que vive numa comunidade tradicional, em contato com a natureza e com si próprio, a noção do cuidar pode ser vista como algo essencial e intrínseco ao ser humano, pois quanto mais ele conhece a si, mais oportunidade ele tem para sentir-se humano e mais necessidade ele terá de fazer o bem a tudo e a todos.

Cuidar é preservar, conservar, proteger. Cuidar também é se preocupar, se importar, se sensibilizar. Cuidar é amar. Quando existe o amor, todas as ações tornam-se fáceis, os obstáculos são facilmente ultrapassados e o vigor de fazer aquilo preenche o nosso corpo como um combustível ilimitado. Deixar-se tocar e emocionar pelo o outro é a forma mais pura de mostrarmos o nosso afeto, a nossa preocupação. É a fundação básica para que a identidade do outro não cause estranheza ou repulsa, mas que ela, de alguma forma, seja atrativa e acolhedora.

O “cuidar” não está restrito apenas ao relacionamento homem-homem, mas se estende também à relação homem-natureza. Somos parte integrante do meio

ambiente. Nós somos a natureza e ela somos nós. Nossas necessidades estão completamente interligadas. Dentro da realidade da Comunidade Quilombola de Siqueira, quanto no Assentamento Pedro Inácio, essa preocupação é visível. Como dito anteriormente, eles reconhecem a importância da natureza e entendem a complexidade e a necessidade de zelar pelo ambiente que os cerca e que lhes dão o sustento. Reconhece o valor daquele sistema local não só pelo fato de que lhes garantem o alimento, mas porque ali está alojado a sua história e a sua cultura.



## 4 FORMAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA DE SIQUEIRA.

*“A nossa luta agora é pela terra.*

*Nós não temos mais terra pra plantar.”<sup>16</sup>*

A partir deste capítulo discutiremos alguns elementos que constituem a imagem da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira e reafirma a identidade que carregam e defendem. Estes elementos se apresentam como parte integrante do seu papel social e da sua luta pela conservação e preservação do meio ambiente que lhes garantem o sustento.

Observaremos, então, a discussão sobre a pressão da cana de açúcar na região e aprenderemos qual influência desta na realidade da comunidade quilombola. Também teremos uma breve discussão sobre a agroecologia e as técnicas da agricultura tradicional que são elementos fundamentais na dinâmica das comunidades tradicionais.

Analisaremos a posição e a visão política do quilombo em relação ao município, e a forma como os seus direitos são tratados e suas vozes respeitadas através de uma discussão sobre o conflito que o grupo enfrenta em relação à funcionalidade, efetividade e eficiência da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe dentro das suas necessidades.

### 4.1 AS MARCAS DEIXADAS PELA CANA DE AÇÚCAR NA MEMÓRIA DE UM POVO.

Estamos cercados por paisagens que definem e caracterizam o ambiente que somos capazes de enxergar. Normalmente, por estarmos inseridos dentro da dinâmica urbana de uma metrópole, o verde cede espaço para as construções acinzentadas que se erguem verticalmente e transformam toda a visão ao seu redor. Os pequenos corpos aquáticos são substituídos por estruturas planejadas, as vias tornam-se longos corredores onde homens e automóveis disputam o seu espaço diariamente e, os sons altos e estridentes ressoam constantemente reafirmando que aquela é uma paisagem caótica, mas totalmente comum da vida urbana.

---

<sup>16</sup> Declaração do Sr. Moacir, morador e liderança da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira.

Ao nos distanciarmos dessa dinâmica frenética do Grande Recife e partirmos em direção ao interior (litoral sul) somos convidados a observar sutilmente a mudança da paisagem que se estende até depois dos limites do objeto de estudo dessa pesquisa. Gradativamente as construções vão cedendo espaço para o verde, e quanto mais adentramos em direção ao interior essa visão se intensifica. De repente estamos rodeados por um mar verde e extenso de cana de açúcar que toma conta de cada centímetro de terra disponível. Observam-se pequenos fragmentos de mata aqui e ali, espaçados entre si, completamente desligados uns dos outros por terem suas conexões completamente comprometidas pela matriz de cana de açúcar que, por possuir um trato e um manejo extremamente agressivo (queimadas e intensivos agrícolas) acaba por dificultar a conexão e a interação entre os fragmentos deixando-os isolados e comprometendo o seu desenvolvimento.

Essa é uma realidade presente na região que remonta desde o passado colonial com a chegada dos portugueses. O cultivo da cana de açúcar teve um melhor desenvolvimento no Nordeste brasileiro, principalmente nos estados de Pernambuco e Bahia onde as condições climáticas e do solo garantiram a expansão desse cultivo. Do século XVI até o século XVII, a cultivo da cana e a exportação dos insumos produzidos, transformaram o açúcar no “ouro branco” que era bem aceito no mercado europeu e oferecia grande lucro. Dessa forma, a expansão da indústria açucareira avançou pelo interior dessa região com velocidade assustadora.

Não demorou muito para começarem a surgir diversos engenhos produtores de açúcar e, com isso, o surgimento de pequenos povoados ao seu redor que tiravam dali o seu sustento. Vemos nesse período a ascensão do tráfico negreiro e do trabalho escravo e, conseqüentemente, a afirmação da superioridade do homem branco colonizador resguardados pela violência e crueldade, e também pelas paredes sólidas e imponentes da casa grande. Para o melhor desenvolvimento e cultivo da cana, a agroindústria açucareira modificou de vez a paisagem pernambucana nos primeiros anos de colonização. O verde oliva das nativas florestas tropicais deu lugar ao verde da cana que se espalhava pelos morros, serras e várzeas, como aponta Araújo (2011) sobre a região:

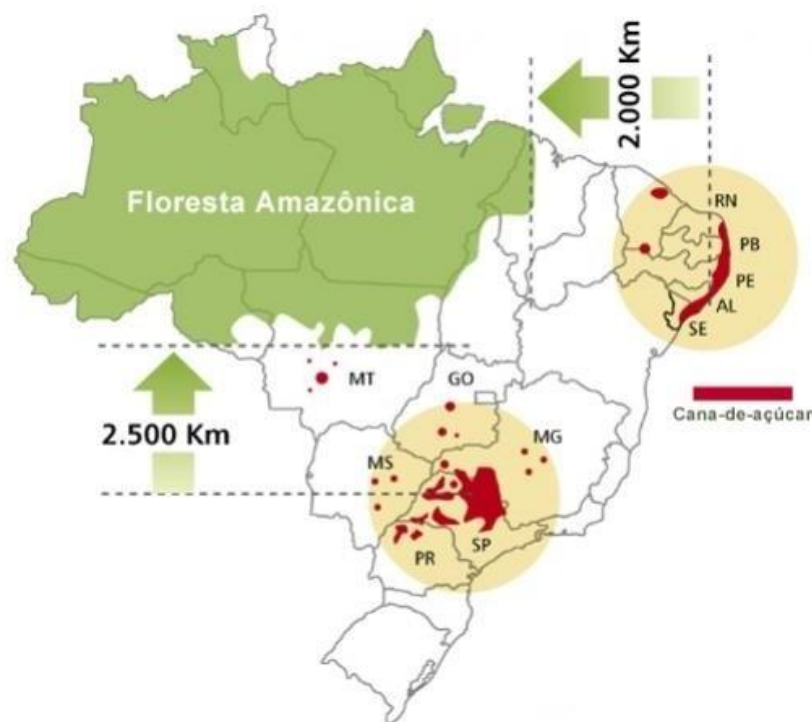
Em Pernambuco, a região tinha originalmente 17.811 Km<sup>2</sup>[...] Hoje não existe mais em sua formação original, estando restrita a pequenas porções espalhadas pela região, algumas protegidas por lei, mas sofrendo grande

pressão das populações que a cercam, que vivem em precárias condições de vida. (ARAÚJO, 2011, p. 50-51.)

Levando essa passagem em consideração e observando a realidade que encontramos nos dias atuais durante todo o percurso que nos leva até a comunidade estudada, não podemos negar o fato de que a pressão da indústria açucareira ainda se faz bastante presente na região a ponto de ter modificado e transformado toda a dinâmica da paisagem local.

É como se o tempo não tivesse passado na região, como se a crise da cana de açúcar do período colonial não tivesse existido, muito menos a crise das indústrias que levou a falência de diversas usinas produtoras de açúcar. Apesar da maior concentração da produção de açúcar e etanol se encontrar no centro sul do país, precisamente no estado de São Paulo (figura 01), é de se admirar com a presença e a pressão da cana de açúcar e das usinas espalhadas pelo litoral sul e se estendendo até o interior.

Figura 01 – Disposição da produção de açúcar e etanol no Brasil.



Fonte: NIPE-Unicamp, IBGE e CTG

É quase impossível fugir da influência das usinas, principalmente em Rio Formoso, que possui a Usina Cucaú dentro dos seus limites e no seu entorno as Usinas Trapiche, Ribeirão, Ipojuca e a usina localizada em Santo André, distrito do município de Tamandaré. Mesmo com a presença de outros mercados na região, a

principal fonte de trabalho e renda ainda se configura com a lavoura da cana de açúcar e as atividades desenvolvidas dentro das usinas.

A dinâmica municipal é ditada pelos períodos de plantio, colheita e moagem da cana e é perceptível também o desequilíbrio causado por uma mínima alteração ocorrida em alguns desses períodos para os homens e mulheres que estão extremamente ligados a eles. Como dito anteriormente, parece que o tempo não passou desde o período colonial, não apenas pelo fato do expressivo cultivo da monocultura da cana de açúcar, mas também pela influência dos usineiros (que podemos considerá-los como os novos senhores de engenho) que muitas vezes acabam por ditar os caminhos que serão tomados nos cenários políticos e econômicos do município.

Como apresentado anteriormente, as terras que correspondem à Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira pertenciam à Usina Central Barreiros que, durante o seu processo de falência acabou por lotear e vender suas terras como forma de pagamento para quitar suas dívidas. A compra das terras ocorreu através de promissórias que mais tarde foram repassadas e depois todos pagaram pelo pedaço de terra que receberam.

Por ser uma área destinada apenas ao “descanso e morada” dos trabalhadores da usina o desenvolvimento da cana de açúcar ali não foi efetivo e permanece até os dias atuais. Os moradores destacam o solo e o terreno acidentado como o principal responsável pelo não desenvolvimento da cana dentro dos limites do quilombo, o que favoreceu a permanência da comunidade, assim como o desenvolvimento da policultura.

A agricultura e a pesca permitiram que a comunidade se libertasse da pressão da cana de açúcar pois garantia uma alternativa viável e que dava lucro suficiente para a população local, além do fato de reaproximar os seus indivíduos das suas tradições. É claro que o Engenho Siqueira não é alheio ao desenvolvimento e à expansão das usinas de cana de açúcar da região, como ressaltado, elas apresentam forte influência dentro da dinâmica municipal e atraem pessoas de dentro da comunidade que ainda buscam uma forma alternativa para a geração de renda familiar abraçando oportunidades de trabalho no serviço público e também como mão de obra para as usinas.

Nós da comunidade nos anos oitenta e noventa, a gente tinha mais de cinquenta homens cortando cana dos outros. Hoje as pessoas se revoltaram e não cortam mais cana porque entenderam que dentro da comunidade tinha o potencial para sobreviver.

Sr. Moacir, ao ser questionado sobre a influência da cana de açúcar na comunidade, nos apresenta essa afirmação surpreendente. Ele ressalta que os sujeitos de dentro da comunidade conhecem o potencial da região e compreendem que o que é produzido ali é suficiente para a manutenção da família e dos negócios. Poucos são o que ainda saem de Siqueira para o trabalho braçal nas plantações de cana do entorno, e esses que ainda fazem é porque ainda buscam melhorias em suas condições econômicas. Os demais, aqueles que dividem o seu tempo com o serviço público e o trabalho nas suas próprias terras, tornam-se autossuficientes e os seus próprios “senhores”, deixando de lado completamente a obediência cega ao senhor de engenho que ainda se mantêm perdido no tempo.

#### 4.2 COMO A AGROECOLOGIA E AS TÉCNICAS TRADIACIONAIS DE AGRICULTURA INFLUENCIAM O POSICIONAMENTO DO QUILOMBO QUANTO AO USO DOS RECURSOS NATURAIS.

Abraçando a oportunidade dada pelos usineiros de utilizar as terras como um espaço onde era livre o plantio de outras culturas sem ser a cana de açúcar, os primeiros moradores de Siqueira puderam desenvolver as práticas da policultura, produzindo alimentos que garantiriam o sustento familiar. Além disso, essa abertura permitiu a reaproximação com os costumes e os saberes tradicionais de cultivo e, assim, foram capazes de trabalhar técnicas de agricultura ensinadas pelos seus antepassados e que ainda hoje permanecem presentes e sendo repassadas para as gerações.

Diante disso podemos observar que a Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira permanece desenvolvendo práticas e costumes de uma agricultura mais camponesa e que não se rende ao uso intensivo de agrotóxicos e de outras formas de alteração do agroecossistema no qual estão inseridos. A agricultura familiar de forma tradicional e que respeita o manejo adequado do meio ambiente aliando a preocupação econômica com a preocupação ambiental da sustentabilidade, se configura como uma das grandes características da comunidade, uma vez que, como anteriormente explicitado, a maioria dos agricultores de Siqueira dispensam o uso de

técnicas agressivas ao meio ambiente, e os poucos que ainda fazem uso são aqueles que não possuem um passado quilombola e que chegaram na comunidade depois.

Apesar de ser um termo novo, a agroecologia representa a realidade de Siqueira com a sua preocupação ambiental e o respeito pela manutenção das técnicas tradicionais, pois como diz Duarte (2009):

(...) para a produção de agroecossistemas sustentáveis, a agroecologia, como ciência e prática, utiliza princípios da agricultura tradicional camponesa e conhecimentos e métodos ecológicos modernos. A agroecologia entra, neste sentido, para fortalecer o desenvolvimento rural, fundamentando-se na perspectiva de "transformação da sociedade" para mudar as relações de produção no campo (DUARTE, 2009, p.105).

Quando discutimos a agroecologia somos convidados a refletir sobre o que esse termo significa e representa. É preciso entender que a agroecologia vai além de um conjunto de ações que visam sistematizar a abordagem da agricultura em diversos aspectos, criando modelos justos, economicamente viáveis e sustentáveis ecologicamente, mas também visa primordialmente valorizar "o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade" (GLIESSMAN, 2005, p. 54).

Nesse mesmo sentido Altieri (1998) complementa:

Os sistemas agrícolas tradicionais surgiram no decorrer de séculos de evolução biológica e cultural. Eles representam as experiências acumuladas de agricultores interagindo com o meio ambiente sem acesso a insumos externos, capital ou conhecimento científico. Utilizando [...] o conhecimento empírico e os recursos locais disponíveis, os agricultores tradicionais frequentemente desenvolvem sistemas agrícolas com produtividades sustentáveis (ALTIERI, 1998 p.22).

As práticas agroecológicas, na maioria das vezes, são mais perceptíveis e presentes nas comunidades tradicionais ou em comunidades de movimentos sociais, como o MST. Estas, por terem uma maior aproximação com a terra, principalmente pelo fato de que ela lhe fornece o sustento familiar, são capazes de desenvolver práticas e técnicas mais primitivas (não no sentido de ser antiga, mas de ser mais limpa) de agricultura, o que coloca o saber tradicional em papel de destaque e tornando isso um dos elementos que constitui a sua identidade.

É claro que não podemos generalizar e afirmar que tais comunidades são completamente sustentáveis e livres do uso de agrotóxicos ou de outros elementos que prejudicam o ecossistema. Moreira e Carmo (2004, p. 39) discorrem que, em

nome do progresso, os agroecossistemas foram transformados, as culturas tradicionais foram distorcidas e as estruturas sociais tiveram suas bases modificadas. Sabemos que a pressão econômica intensifica a necessidade de produção em grande escala e alguns acabam se rendendo e, às vezes, deixam de lado as técnicas agroecológicas. Podemos constatar isso dentro do Assentamento Pedro Inácio citado anteriormente, onde há uma parcela de assentados que usam intensivos industriais em suas lavouras, enquanto outros fazem a produção mais orgânica e menos ofensiva ao meio ambiente.

Na Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira, podemos observar as práticas da agroecologia em diversos momentos do diálogo com os quilombolas, desde aqueles que se abstêm do uso de agrotóxicos em suas plantações pelo fato da grande facilidade de contaminação do solo, com a água (pois os poços artesianos são a principal fonte de captação de água para as residências) e com os alimentos, aqueles que fazem uso de defensivos naturais e utilizam técnicas de compostagem e realizam o manejo adequado na deposição dos resíduos sólidos, e entre outros. A naturalidade como essas ações são desenvolvidas e revelam um cuidado e preocupação que não existe quando é algo imposto e que deve ser feito. Observa-se que as ações se desenvolvem quase que mecanicamente pois já fazem parte do que eles são e estão enraizadas na sua tradição.

A família de Cristiane possui uma relação muito íntima com a agroecologia, principalmente na sua horta de plantas medicinais e artesanais. O cuidado com as plantas vem sendo algo repassado pela sua mãe para os seus filhos e netos que, apesar de não possuir a formação acadêmica, possui saberes expressos nas práticas e vivências, e com esses saberes foi educando todos a seguirem os mesmos passos no manejo das hortas. E lá elas cultivam desde hortelã de vários tipos, erva cidreira, capim santo, erva doce, camomila até plantas para ornamentação, principalmente pequenos cactos. A produção dessas ervas, assim como o beneficiamento de outros produtos (cultivados de forma orgânica) representa uma das fontes de renda extra para essa família em questão.

Lá na comunidade, mesmo quem tem uma horta só é o pessoal lá de casa. Mas aí já vem de lá das minhas avós, né, que plantavam e passou pra minha mãe, e minha mãe não tá mais e a gente tem cerca de 50 espécies tanto medicinais, como ornamentais, mas o que predomina mesmo é a medicinal. A gente faz lambedor, faz xarope, o chá e vende também as mudas nas

feiras aqui e lá mesmo. Quando o pessoal precisa de uma erva já sabe onde encontrar.

Então, as técnicas agroecológicas se mostram como um aliado na produção de qualidade e sem agressão ao meio ambiente, ao mesmo tempo que fornecem um retorno financeiro. Agroecologia auxilia a sociedade na busca de equilíbrio no uso de recursos naturais. Adotar um modelo de agroecologia é viável e possui grande retorno, uma vez que seus princípios foram planejados de maneira que haja sinergia entre os aspectos sociais, financeiros e ambientais.

Para o Quilombo do Engenho Siqueira os pilares da sustentabilidade representam uma das grandes diretrizes da comunidade. A preocupação com o meio ambiente e o manejo adequado dos seus recursos se mostram dentro dessa realidade como algo inerente ao que eles são e ao que eles vivenciam diariamente. Dessa forma, essa noção agroecológica despertou nos indivíduos a necessidade de exigir dos órgãos competentes condições que favoreçam o desenvolvimento da comunidade na área em que estão inseridos para que possam ter um controle maior do que é planejado e desenvolvido dentro dos limites do quilombo.

Durante uma das observações feitas no Quilombo foi possível perceber que uma grande discussão (e preocupação) da comunidade se dá em torno da eficácia da atuação da APA de Guadalupe<sup>17</sup>, uma vez que o território da comunidade se encontra dentro dos limites da APA e, dessa forma, algumas medidas são exigidas, outras negligenciadas e isso vem causando bastante discussão dentro associação de moradores junto com representantes da APA, representantes do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e do município para a reavaliação da categoria da área de proteção e o que ela realmente pretende conservar, e o estudo da possibilidade da criação de uma RESEX (Reserva Extrativista), que segundo os representantes do quilombo apresenta um melhor objetivo para a realidade em questão, que abranja toda a área correspondente ao Engenho Siqueira.

Para fins de esclarecimento, não sendo o objetivo dessa pesquisa explorar essas definições, de forma sucinta, Área de Proteção Ambiental (APA) é uma extensa área natural destinada à proteção e conservação dos atributos bióticos (fauna e

---

<sup>17</sup> Através do Decreto nº 19.635 de 13 de março de 1997, o Governo de Pernambuco criou a Área de Proteção Ambiental de Guadalupe (APA de Guadalupe). Localizada no litoral sul, a APA possui 32.135ha de área continental e 12.664ha de área marítima, compreendendo parte dos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e Barreiros.



flora), estéticos ou culturais ali existentes, importantes para a qualidade de vida da população local e para a proteção dos ecossistemas regionais. O objetivo principal de uma APA é a conservação de processos naturais e da biodiversidade, através da orientação, do desenvolvimento e da adequação das várias atividades humanas às características ambientais da área.

Por ser uma unidade de conservação de categoria sustentável que permite a ocupação humana e uso ordenado dos recursos naturais disponíveis dentro dos seus limites, muito tem sido discutido sobre os impactos causados à comunidade, uma vez que a APA compreende um território de especulação imobiliária que vem crescendo bastante nos últimos anos, assim como a intensificação do turismo na região. O caráter mais “flexível” da unidade de conservação preocupa os moradores que retiram daquele ecossistema o seu sustento. Daí parte o estudo da possibilidade da criação de uma Resex, que são espaços territoriais protegidos cujo objetivo é a proteção dos meios de vida e a cultura de populações tradicionais, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área.

A quilombola Cristiane expõe a sua opinião quanto a eficácia da APA para a comunidade:

50% de lá tá dentro da APA, né? Mas assim, eu não vejo a APA fazer nada de benefício não, porque não vai lá. A gente participa das reuniões e essas coisas, mas se faz uma denúncia de alguma coisa que tá errado a gente não vê chegar e resolver nada, porque a gente sabe que essas coisas pra resolver é muito complicado, é muito tempo. Assim, nem ajuda e nem atrapalha. Mas que eu veja nenhum benefício da APA pra gente, eu não vejo não. A gente tem uma cadeira lá, tudo bem, mas quase não acontece reunião. Toda vez que a gente faz uma denúncia, faz alguma coisa “tá em greve”, aí a gente vai fazer o quê?

O descontentamento expressado pelos quilombolas é completamente compreensível, uma vez que o seu território está inserido dentro dos limites da APA e, teoricamente, ser respaldado pelos seus benefícios e segurança, não é o que acontece na realidade e a comunidade fica de mãos atadas sem poder reivindicar com voz forte. Durante uma das visitas, numa roda de conversa com moradores de Siqueira, alunos do IFPE Campus Recife e representantes da APA de Guadalupe, estes últimos reconhecem tal descaso e apoiam a posição revoltosa do quilombo.

Em um momento dessa pesquisa, os representantes da APA atribuem esse descaso à falta de capital humano e financeiro para gerir toda a área. Atualmente o

órgão conta apenas com o auxílio de dois técnicos para suprir a demanda de uma área de cerca de 45 mil hectares, o que dificulta todo o manejo e fiscalização.

Por esse motivo, comunidade e representantes da APA acreditam na eficácia da resex por apresentar um caráter mais rígido, mesmo permitindo a ocupação humana, mas como dito, de comunidades tradicionais que baseiam o seu sustento no extrativismo e na agricultura de subsistência, além de garantir um maior controle do manejo da área, uma vez que é proibida na área a prática da caça amadorística ou profissional. A exploração comercial de recursos madeireiros é limitada em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na reserva, assim como é proibida a prática da caça amadorística ou profissional e a exploração comercial de recursos madeireiros conforme o disposto em regulamento e no seu Plano de Manejo.

A opinião do Sr. Moacir sobre essa discussão é bastante assertiva. Ele diz: “Seria muito válido. Tem que existir essa Resex. Se não existir a gente vai amanhã ou depois passar fome, pode ter certeza”. Na sua fala ele ressalta que a sua preocupação se dá pelo uso desordenado dos recursos da área que acaba por prejudicar toda a dinâmica daquela região, além do fato de que a criação dessa unidade de conservação lhes garantirá direitos definitivos às terras pertencentes ao quilombo que estão sob domínio privado, uma vez que dentro dessa categoria a área da Resex pertence ao domínio do poder público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais. As áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

A luta pelo direito à terra, é um dos grandes entraves na realidade de muitas comunidades tradicionais, pois os interesses econômicos dos poderosos que tentam invisibilizar esses indivíduos, acaba por negar-lhes o direito ao território onde estão inseridos e desenvolvem a sua cultura e tradição. São traços deixados pela Lei de Terras<sup>18</sup> de 1850 que veio a negar às comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas) o direito à terra sem um comprovante de compra.

---

<sup>18</sup> Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Ficou estabelecido, a partir desta data, que só poderiam adquirir terras por compra e venda ou por doação do Estado. Não seria mais permitido obter terras por meio de posse, a chamada usucapião. Aqueles que já ocupavam algum lote receberam o título de proprietário. A única exigência era residir e produzir nesta localidade.

Os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que haviam escolhido para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou herdada dos antigos senhores através de testamento lavrado em cartório, pois a referida lei excluía a possibilidade de aquisição de terra que não se desse por compra (LEITE, 2000, apud FURTADO; SUCUPIRA; ALVES; 2014, p. 110).

A questão territorial assume um caráter bastante delicado para os quilombolas, uma vez que desenterra das memórias todas as histórias contadas pelos antepassados e a luta travada por eles para garantir que aquele pedaço de terra fosse seu por direito e, principalmente, por perceber que essa luta se mantém viva até dos dias atuais quando eles se veem diante de grandes empresas, homens e mulheres poderosos que tentam a todo custo negar-lhes o direito ao território apenas para o crescimento e desenvolvimento financeiro pessoal.

A invisibilidade que foi brutalmente imposta sobre eles desde o final do período escravista ignorando-os completamente e impedindo-os de ter um pedaço de terra e tornar-se um pequeno produtor, além do fato de poderem ser vistos como brasileiros e brasileiras e não apenas como *libertos*, se arrasta até os dias atuais, mesmo que de forma mascarada. A diferença é que antes esses indivíduos buscavam nos quilombos a oportunidade do isolamento para reafirmar os seus valores e cultura de origem africana, hoje eles buscam no quilombo a força e a resistência para lutar contra a pressão fundiária que insiste em querer mantê-los presos ao passado opressor.

## 5 ANALISANDO AS VOZES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ENGENHO SIQUEIRA

Após termos observado os diversos olhares sobre o que é Cultura e a sua pluralidade, assim como a forma como ela influencia na construção da identidade de um povo/grupo por servir de base para a maneira como estes se projetam para a sociedade e os diferenciam dos demais, reafirmando o conceito de alteridade, neste capítulo somos convidados a observar através das declarações de alguns entrevistados da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira quais são os traços que mais definem a sua identidade e, principalmente, o que é que influencia para que estes sujeitos mantenham a preocupação ambiental como alicerce fundamental para a sua existência.

Contamos com a colaboração e a disponibilidade de cinco entrevistados que, por conta da aproximação com as ações desenvolvidas pela academia com a comunidade, não se opuseram a conversar sobre os temas discutidos nesse trabalho. Discriminadamente, são três representantes da liderança quilombola e dois moradores mais velhos da comunidade. Dessa forma, foi possível tecer uma linha lógica para a construção e discussão dos resultados dessa pesquisa.

Uma vez introduzidos à realidade do Quilombo graças ao que foi apresentado nos capítulos anteriores, a compreensão dos resultados obtidos através das entrevistas se dará de forma extremamente fácil de ser assimilada e percebida. Debruçados sobre a História Oral, ferramenta utilizada para valorizar as vozes daqueles que contam a história, buscamos nas falas dos entrevistados que são baseadas naquilo que eles são e nas suas memórias individuais e coletivas, elementos que ajudam a construir o seu posicionamento e a perpetuação da tradicionalidade dos seus costumes.

### 5.1 O QUE É SER DE SIQUEIRA?

A Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira é constituída por diversos sujeitos que carregam saberes e histórias individuais, com origens diversificadas, com pensamentos diferenciados e posicionamentos distintos, porém que se agregam dentro do ambiente comum e constituem a imagem que “aqueles que vêm de fora” conseguem enxergar ao conhecer a comunidade.

Quando tratamos de uma comunidade quilombola imediatamente ao passado escravista e automaticamente acreditamos que todos os que fazem parte desse grupo compartilham a mesma origem, o que não é completamente errado, uma vez que existem comunidades quilombolas que são constituídas ainda por descendentes de africanos escravizados fugidos ou alforriados do período escravista. Entretanto, vale ressaltar o caráter plural de um quilombo que se estrutura como um local de resistência, luta, proteção que abria espaço para todos aqueles que eram marginalizados e bloqueados por aqueles que se consideravam superiores.

Desse modo, as comunidades quilombolas são constituídas em momentos diversos, através de histórias diversas e, principalmente, por pessoas que mesmo não compartilhando uma herança afrodescendente encontram ali um refúgio e um local acolhedor à vida e acabam por compartilhar os seus símbolos, os seus valores e, principalmente, a defender aquilo que eles prezam e compartilham a identidade ali constituída.

Os homens e as mulheres escravizados fugiam de fazendas e engenhos de cana-de-açúcar e constituíam núcleos de resistência à escravatura, onde viam também índios e brancos perseguidos pela Coroa. Demonstravam que terra era sinônimo de liberdade (CNE, 2011, p. 11).

Como explicitado no trecho anterior a terra era o elemento primordial para a reafirmação da liberdade daquele povo e, principalmente, o espaço de convergência das culturas, uma vez que o seu sentido vai além da noção fundiária e passa a abraçar a noção de territorialidade e a traçar limites como “terras de preto” onde os sujeitos desse grupo possuem seus próprios símbolos e reafirmam e se reconectam com as suas origens.

É a partir da terra também que se constitui a identidade porque aquele espaço está imbuído pelos traços tradicionais de um determinado grupo, como é o caso dessa pesquisa, de uma comunidade remanescente de quilombo. Os limites fronteiros do seu território contornam a história e moldam a forma como aquela comunidade se desenvolveu e se estruturou, e dentro dessas especificidades podemos encontrar os elementos daquele espaço que foram os responsáveis pela lapidação da identidade e dos costumes daquela comunidade.

Desse modo, não devemos observar os quilombos ou as comunidades remanescentes de quilombo apenas como uma área delimitada e habitada por descendentes de homens e mulheres que foram escravizados. Devemos enxergá-los como

propõe O'Dwyer (1995) como espaços comuns de práticas e resistência que construíram a trajetória do seu grupo. Ela diz:

O termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil. Contemporaneamente, quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho e número de membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão (O'DWYER, 1995).

O último trecho dessa afirmação feita por O'Dwyer, abre os caminhos para a discussão dos resultados dessa pesquisa que tem a identidade como norte, fundamentalmente os elementos que levaram e fomentaram a construção da identidade quilombola do Engenho Siqueira.

É evidente através do posicionamento da autora que a identidade é construída pela vivência e o ambiente no qual o grupo está inserido acabando por direcionar os indivíduos a compartilharem as mesmas vivências. Isso não significa que os sujeitos desses grupos estão limitados e enclausurados dentro dos padrões identitários de sua origem, muito pelo contrário, eles são livres para interagir, conhecer e até integrar traços de outras identidades à sua realidade sem perder ou modificar aquilo que são.

Nos capítulos anteriores observamos que a identidade ela é mutável e plural, e jamais a encontraremos estagnada porque ela está sempre evoluindo, pois, seus sujeitos estão sempre em constante transformação. As comunidades tradicionais não estão imunes ao compasso cíclico da identidade, apesar de serem assim denominadas por preservarem costumes e valores perpetuados pelas gerações. As comunidades tradicionais conhecem nos dias atuais a aproximação com as identidades daqueles que vêm de fora e que de alguma forma integram esses elementos dentro da sua realidade.

Ao nos aproximarmos da realidade do quilombo do Engenho Siqueira passamos a observar que a identidade ali defendida e reconhecida foi moldada através de

diversos elementos que foram compartilhados no tempo, aliado a outros que vieram a surgir através da prática e da vivência.

Durante as entrevistas ficou afirmado, através da fala de Claudio Pajeú, que a comunidade não sabia que era quilombola e que fazia parte desse grupo. Faz-se necessário ressaltar que na sua fala Claudio não se refere ao fato da comunidade ser reconhecida legalmente como Remanescente de Quilombo, mas ao fato de não se reconhecerem como tal e apenas compartilharem as memórias dos seus antepassados apenas como memórias (no sentido de lembranças), e não como uma prova de que através daquilo eles poderiam compartilhar a herança quilombola. Então, com o reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares, iniciou-se um trabalho de estudo e educação para mostrar aos sujeitos do grupo que eles eram de verdade e como eles se mostrariam para os que vêm de fora, como Cláudio nos afirma:

Nós temos doze anos de reconhecimento, comparado a outras comunidades que vêm há séculos aí reconhecida estamos ainda engatinhando, mas aos poucos a gente vai colocando na mente das pessoas pra quando chegar lá fora dizer: “eu sou quilombola com orgulho”.

A atitude de reaproximar os sujeitos da comunidade com um passado comum pode até parecer de difícil compreensão, entretanto, se tivermos em mente aquilo que já foi ressaltado que os quilombos surgem em diversos momentos e através de diversas peculiaridades, fica mais fácil compreender que uma comunidade quilombola pode existir, viver no sentido comunal e camponês, mas não conhecer a sua origem ou muito menos se identificar como tais, realidade encontrada (não muito distante do Engenho Siqueira) lá no distrito de Cucaú, onde há uma comunidade quilombola<sup>19</sup> que também fora constituída durante a passagem de Ganga Zumba pela região, mas que não se reconhece como quilombola e seus sujeitos não defendem tal identidade.

A Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira, por sua vez, é constituída por sujeitos diversos, desde aqueles que nasceram ali e possuem uma herança propriamente quilombola, até aqueles que vieram de outros lugares e espaços, e ali definiram morada. O que se faz importante nesse momento é lembrar que apesar das

---

<sup>19</sup> É importante ressaltar que a comunidade quilombola existente no Distrito de Cucaú não faz parte do objetivo e discussão desta pesquisa, muito menos a forma como eles se estruturam, as motivações que os levam a não se identificarem como quilombolas, a sua história e a sua trajetória. A menção feita possui o único objetivo de substanciar a afirmação das diversas dimensões estruturais sobre a formação da identidade quilombola dentro da discussão iniciada, entretanto, isso não significa que a voz daquela comunidade esteja sendo negada ou desmerecida dentro dos limites deste trabalho.

diferentes origens, os sujeitos de Siqueira vestem a identidade quilombola e defendem os seus ideais, assim como os interesses da comunidade. O caráter de vida tradicional permite a aproximação dos indivíduos e a convivência mais comunal, mesmo com a existência das tecnologias e das comodidades dos tempos atuais, porém há uma integração e perpetuação dessa tradicionalidade.

Eu falo o que eu penso, eu vivo o que penso e não vejo ninguém se opor. Aí eu me orgulho. Antes eu tinha vergonha. Por que eu tinha de dizer que era e até que morava em Siqueira? Porque na época todas as confusões que existia na rua, era os “nego de Siqueira”, “foi os nego de Siqueira”. Se você ia pra uma dança e teve uma briga... os nego de Siqueira. Mas na verdade não é. Porque se mexeu com um mexeu com todos.

Através da fala de Cristiane, uma das entrevistadas, percebemos não só a discriminação que existe em relação ao negro, assim como vimos em relação aos movimentos sociais anteriormente, mas também podemos perceber a defesa e a proteção daquilo que eles são. Em sua fala fica explícito que apesar de antigamente envergonhar-se por ser de Siqueira com medo da discriminação, mas a necessidade de proteção falava mais alto do que o medo. “Mexeu com um, mexeu com todos” representa o maior sinal de reconhecimento daquilo que são, daquilo que ela é, de qual grupo ela pertence.

Fruto dessa identidade construída ao longo desses doze anos de reconhecimento, mas que já vem sendo alimentada há muito antes disso, o orgulho de ser Quilombola de Siqueira é perceptível nas falas de todos aqueles que vivem dentro da comunidade congregando os seus valores.

Minha mãe nasceu em Goicana<sup>20</sup> e disse que lá existia também um quilombo... meu pai conta a história do pessoal que ficava doente e ficava isolado, e o pessoal lavava lá pra uma mata e isso era uma prática de matriz africana. Minha mãe diz que lá no engenho ainda tinha o tronco, tinha a corrente, escondido, mas existia.

Cristiane lembra das histórias contadas pelos os seus pais que remontam a um passado que termina por reafirmar a origem quilombola da comunidade quando ela ressalta o costume do isolamento e dos tratamentos medicinais de forma tradicional seguindo os ritos africanos. São pequenos traços quase imperceptíveis como esses citados que demonstram a riqueza da tradição que vem carregada de ancestralidade transmitida de geração em geração e só aqueles que convivem dentro des-

---

<sup>20</sup> Goicana é um dos pequenos povoados no entorno do Engenho Siqueira. Muitos dos moradores mais antigos migraram de lá, ou de Tinoco, da Demanda ou de Mamucabinha (em Tamandaré) para morar em Siqueira.



sa realidade e aqueles que se dedicam a conhecê-la são capazes de apreciar e sentir o seu real valor.

Ainda discorrendo sobre a fala de Cristiane, observa-se que o isolamento se caracteriza como uma ação comum de defesa das comunidades quilombolas. Essa ação não se limita apenas às condições geográficas do local onde os quilombos se firmaram, porque esse era realmente o intuito dos escravos fugidos (dificultar o trabalho dos Capitães do Mato, e a captura dos fugidos), mas também como um mecanismo de defesa para proteger a sua cultura e os costumes do seu povo, em relação àqueles que vêm de fora.

A Comunidade do Engenho Siqueira possui uma relação de amizade e parceria com as academias, principalmente com o Instituto Federal – Campus Recife, há muitos anos, logo, a presença de pesquisadores e pesquisadoras dentro do quilombo já é algo extremamente comum para os moradores e eles já se sentem confortáveis para abrir espaço para que esses sujeitos que vêm de fora conheçam a sua rotina, a sua cultura e costumes. Porém não podemos acreditar que sempre foi dessa forma e, com certeza, os primeiros pesquisadores que chegaram em Siqueira enfrentaram algum tipo de resistência. O’Dwyer (2002, p. 256) diz que é comum a criação de “formas de isolamento quando da entrada de estranhos nas localidades em que vivem, criando uma série de dificuldades de acesso às pessoas de fora, até quando as intenções dessas são definidas em termos de conhecimento”.

Esse mecanismo de defesa é uma forma de proteção daquilo que eles possuem e daquilo que eles são, ou seja, é apenas um reflexo de um passado de marcas que inconscientemente está alojado nas memórias. A Comunidade do Engenho Siqueira foi bastante receptiva e contribuiu da melhor forma para o desenvolvimento desse trabalho de pesquisa sem apresentar nenhuma forma de resistência. Durante uma das conversas com os representantes da comunidade numa mesa redonda com os discentes do Instituto Federal – Campus Recife, onde foram discutidos diversos temas desde a origem da comunidade, as atividades desenvolvidas, a cultura até a visão política e relação com o município, podemos perceber que há no Engenho Siqueira essa preocupação citada por O’Dwyer, principalmente na cautela que os moradores possuem em manter relações com políticos do município. E vemos esse receio claramente explícito na voz de Cláudio Pajeú, que diz:

Eu digo isso porque a gente teve uma experiência. A gente teve uma experiência de um projeto que a gente tem que concorreu a um edital, e a gente venceu o edital, que é o Ponto de Cultura. Então, infelizmente aí logo no início a gente achava que a presença de um político era importante para aprovar o projeto, entendeu? Aí esse político se aproveitou da nossa ingenuidade, porque na verdade nós éramos ingênuos, porque a gente não tinha o saber mesmo, e a gente aceitou. Só que aí depois a gente foi percebendo que aquilo ali ia virar uma proposta do político em cima de um palanque. Aí a gente desatou logo o nó porque se não, a gente não tava hoje aqui não.

Após essa experiência, a comunidade passou a ter mais atenção em relação ao que concerne os interesses políticos e os interesses quilombola, e se firmaram completamente independentes da influência destes para o seu desenvolvimento e passando a contar apenas com a sua própria força e a sua voz. A postura de independência da comunidade é algo extremamente chamativo, pois eles sabem o que querem e sabem o que precisam fazer para conseguir e, sendo assim, eles não medem esforços para conseguir.

Trazendo essa discussão para o que se entende pela luta pela terra, percebemos também aqui essa independência de forma muito mais afluada, uma vez que os sujeitos de Siqueira conhecem os passos a serem dados para garantir que todos na comunidade possuam o direito legal sobre as terras onde residem e tiram o seu sustento.

No capítulo anterior vimos o peso causado pela Lei de Terras no Brasil daquela época. A lei veio abalar completamente o direito de posse negando a muitos negros o pedaço de terra que haviam recebido dos seus senhores, desapropriando-os e os obrigando a pagar por algo que era seu por direito. Essa realidade ainda se encontra muito viva nos dias atuais e, como cada comunidade possui uma história, somos convidados a entender como se deu o processo de luta pela terra.

As entrevistas foram extremamente esclarecedoras quanto a essa questão porque diferente de outras comunidades quilombolas, o Engenho Siqueira possui uma história mais amena e sem conflitos quanto à posse das terras. A Usina Central Barreiros vende suas terras para os seus trabalhadores e estes tornaram-se os proprietários por direito, como diz Cristiane:

Na verdade, Siqueira pertencia à Usina Central Barreiros e algumas famílias de lá trabalhavam pra usina, e como Siqueira foi uma das terras do município que a cana não deu, aí o que foi que aconteceu? A Usina Central Barreiros loteou e vendeu. Aquelas terras lá foram compradas, parcelas de vinte e trinta em promissórias de quarenta vezes. Aí no caso cada família comprou o seu lote. Aí tem lote de sete hectares, por exemplo, o de lá de casa é sete hectares. Tem lotes de três, tá entendendo?

Diferente de outras comunidades que vivem em conflito pelo direito de viver em suas terras, plantar e tirar dela o seu sustento, com fazendeiros, usineiros e outros sujeitos que tenham algum interesse pela área em questão, os moradores do Engenho Siqueira se encontram com uma certa vantagem, pois os seus antepassados não precisaram lutar para defender o seu espaço e garantiram que a geração atual não tivesse que se preocupar com lutas e discussões fundiárias.

Atualmente, há registros de comunidades que, mesmo tendo documentos comprobatórios da posse da terra, sofrem expropriações de seus territórios, devido a pressões de fazendeiros residentes em regiões vizinhas ou grileiros interessados no valor desses territórios (FURTADO, SUCUPIRA, ALVES, 2014, p. 110).

Entretanto, apesar de não ter existido luta não significa que não há conflitos, e um deles é a questão da desapropriação. Cristiane explica:

Aí assim, não houve luta, né, porque foi comprado. Aí agora, há uns dois ou três anos que a gente deu entrada no INCRA<sup>21</sup> pra questão de desapropriação, por quê? Porque, muitas pessoas antigas já morreram e ficou as terras lá e as família vendeu pra pessoas de fora. Aí a ideia da gente pedir a desapropriação é justamente pro INCRA comprar daquelas pessoas de fora pra repassar pras pessoas da própria comunidade.

Então voltamos ao ponto da independência da comunidade ao observarmos essa fala, uma vez que somos capazes de perceber que os próprios sujeitos procuraram o órgão responsável para fazer reivindicações e garantir o direito daqueles que pertencem à comunidade. Essa atitude se caracteriza como uma ação de proteção dos seus costumes e uma garantia de que não haverá interferência de terceiros na sua rotina, porque através da desapropriação das terras que foram repassadas, só haverá residentes de Siqueira dentro dos limites do quilombo, o que facilita qualquer tipo de decisão ou estruturação que venha a ser feita adiante.

É um caminho longo a ser percorrido até que o objetivo da comunidade seja alcançado, pois há muito interesse econômico por trás, principalmente pelo valor que a terra hoje possui. Sr. Moacir, durante a sua entrevista, chega a comentar que antigamente as terras mais próximas à maré possuíam valores baixos e despertavam pouco interesse dos compradores, e esse foi um dos grandes motivos que levou o seu avô a comprar os terrenos da sua família, pois era a parte de terra que melhor se adequava às suas condições financeiras na época. Nos dias atuais as

---

<sup>21</sup> O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970.

terras que antes eram tidas como desvalorizadas se apresentam como as que mais chamam atenção, entretanto, não pertencem aos moradores do quilombo e, por isso, a discussão sobre desapropriação.

Somos convidados a refletir que apesar da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira historicamente não apresentar um passado árduo de luta pelo direito às suas propriedades, isso não significa que ela esteja isenta dos conflitos diários na questão fundiária. Assim como os movimentos sociais, as comunidades tradicionais enfrentam dificuldades para o estabelecimento, reconhecimento e manejo das propriedades territoriais que possuem. Isso continua sendo o reflexo de um passado/presente explorador que se beneficia dos serviços que essas comunidades oferecem, porém se dispõe a colocar empecilhos para dificultar a vida digna dos sujeitos que fazem parte desses grupos.

Muitas comunidades tradicionais e comunidades do Movimento Sem Terra enfrentam diariamente conflitos pela posse de terra com os poderosos “senhores de engenho” dos dias atuais, e buscam a reforma agrária como principal objetivo para a regularização da sua situação, o que garantirá de vez a propriedade que possuem. A luta do Engenho Siqueira, apesar da existência de pequenas discussões, como foi apresentado, dá-se pelo fato de garantir a preservação e a perpetuação da identidade da comunidade dentro dos limites territoriais do quilombo, ou seja, eles buscam garantir que todos os que moram na comunidade possam reaver o direito à terra que está nas mãos de terceiros, e possam dar continuidade a aquilo que os seus antepassados começaram, sendo um território completamente quilombola onde podem congregiar seus costumes e tirar dele o seu sustento e a renda familiar.

Dessa forma, essa posição da comunidade nos leva a discutir os próximos resultados tendo em vista a identidade da comunidade e o que a fortalece.

## 5.2 AGRICULTURA, PESCA E SUSTENTABILIDADE NO ENGENHO SIQUEIRA

A terra também é vista como o limite fronteiro da identidade do quilombo. É dentro do território do Engenho Siqueira que a comunidade vem moldando o seu modo de vida ao longo dos anos e perpetuando os saberes adquiridos através dos ensinamentos dos seus antepassados. Como dito, a terra reflete aquilo que eles são, logo, a preservação desse espaço se configura como uma das principais preo-

cupações da comunidade e ainda mais a preocupação de garantir que os quilombolas, filhos da terra, tenham o direito de usufruir daquele espaço e, conseqüentemente, comungar dos valores culturais que ali se encontram marcados.

A terra, para os quilombolas, tem valor diferente daquele dado pelos grandes proprietários. Ela representa o sustento e, é ao mesmo tempo, um resgate da memória dos antepassados, onde realizam tradições, criam e recriam valores lutam para garantir o direito de ser diferente sem ser desigual. Portanto, a terra não é percebida apenas como objeto em si mesma, de trabalho e de propriedade individual, uma vez que está relacionada com a dignidade, a ancestralidade e a uma dimensão coletiva (CNE, 2011, p. 17).

Através dessa afirmação podemos dar o primeiro passo para compreender a importância do território na afirmação do “ser quilombola”, pois é através dele que se é construída a forma como os sujeitos dessas comunidades repassarão os seus valores simbólicos. Na realidade da Comunidade do Engenho Siqueira, a terra é o principal fator que auxiliou na construção da identidade e da imagem que eles hoje defendem.

O Sr. José Ferreira de Paula, mais conhecido como Sr. Dedo, busca em sua memória uma lembrança do seu pai, falecido há muitos anos, que lhe contava sobre o momento em que ele chegou nas terras do quilombo. Ele diz: “aqui antigamente era deserto, os quilombo, no tempo do meu bisavô. Meu pai contava que era um matagal só, depois foi abrindo aqui, abrindo, abrindo e tá aí hoje”.

Encontramos na fala do Sr. Dedo os traços da transmissão oral da história do seu povo. Ele nos aponta memórias individuais, que hoje se configuram como coletivas, uma vez que fazem parte daquilo que é compartilhado pela comunidade, que remontam um tempo distante onde os seus antepassados se instalaram nas terras do quilombo. Ele ainda complementa: “os filhos do meu avô, os meus tios, foram abrindo isso aqui. Aí sempre viveram de pesca, agricultura e feira”.

Nesse caso podemos compreender que a Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira se adaptou às condições locais e a partir delas desenvolveu a forma como vivem atrelados à ancestralidade africana. Sr. Moacir afirma que o seu bisavô ao migrar para Rio Formoso teve que se adaptar às condições da região, logo, veio aprender a viver de novo. Ele diz:

Meu bisavô comprava escravos e negociava, mas quando teve a lei da libertação da escravatura, como os empregados diziam que ele era um bom patrão, ele resolveu pegar os escravos e dizer assim: ‘olha, gente, a minha fazenda é de vocês. Não tenho como pagar. A lei proíbe que eu continue’. Aí

deixou as terras com os escravos dele e veio embora pra Zona da Mata Sul, Rio Formoso, continuando assim o ciclo de vida. Ele comprou as terras, começou a plantar, a região aqui era tudo de mata e derrubaram a mata e começaram a plantar roça. Tanto que quando ele vinha pra cá ele não sabia o que era um peixe da maré, um crustáceo, nada. Vieram pra cá com a situação devendo as parcelas e sem dinheiro, aí começar a vida tudo de novo. Aí foi aprendendo a comer o crustáceo, a pescar o peixe, vieram a fazer um novo estudo da característica do lugar.

Costumamos acreditar que o meio ambiente precisa se adaptar para suprir as necessidades do homem, mas observando os relatos dos quilombolas vemos que isso é completamente diferente. O homem chegou num espaço completamente novo e diferente daquilo que ele estava acostumado a viver e percebeu que seria preciso uma dinâmica completamente nova para se instalar na região. Então ele vai, aos poucos, se adaptando às condições locais e aprendendo através delas como suprir as suas necessidades.

Através desse fator a Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira começa a se desenvolver e a se firmar cada vez mais no território, aprendendo e aplicando as técnicas tradicionais de agricultura e pesca que ainda hoje se mantêm vivas. O não desenvolvimento da cana de açúcar na região garantiu que a comunidade pudesse se basear na produção de diversos tipos de cultura desde coco, macaxeira, cará, batata e inhame, até frutas e verduras, em sua maioria de forma sustentável e respeitando os ensinamentos tradicionais dos seus pais e avós. Além disso, a proximidade do manguezal permitiu também que técnicas de pescaria e extração de crustáceos fossem utilizadas pela comunidade, como diz o Sr. Moacir: “aqui a comunidade vive da pesca e da agricultura. Tem outros que também vivem do serviço público ou do serviço privado, mas o forte mesmo aqui da comunidade que a gente percebe é pesca e agricultura”.

Os moradores do Engenho Siqueira além de praticarem a pescar de subsistência, tiram da maré também o produto que é comercializado dentro da comunidade e que também é exportado para o município. A comercialização de peixes, mariscos e crustáceos são os principais produtos oferecidos pela comunidade para os moradores da cidade e que garante uma renda extra. Entretanto, há uma preocupação quanto à disponibilidade desses produtos por conta dos diversos impactos ambientais causados ao ecossistema local e à pesca desordenada, uma vez que não é só a comunidade quilombola que extrai do manguezal o seu sustento.

Claudio Pajeú comenta sobre essa questão, ele diz:

O que antes era para comercialização, hoje tá mais para subsistência. Porque antes tinha produto muito e não tinha nem quem comprasse, porque era muito a oferta do produto. Hoje é pelo contrário, tem gente pra comprar, mas não tem o produto para oferecer, exatamente por causa que ao longo do tempo esses impactos ambientais veio a causar essa diminuição na produção desses produtos não só da pesca, mas da agricultura também.

Eles atribuem esse impacto a um evento ocorrido há alguns anos quando o uso de um agrotóxico não muito letal (mas o suficiente para alterar a dinâmica local) próximo ao leito do rio foi aplicado. De acordo com as palavras dos moradores, esse veneno acabou desequilibrando o sistema da vida aquática do manguezal, interferindo assim na pesca e na extração dos crustáceos.

Quanto à agricultura, a comunidade se orgulha da prática agroecológica, da agricultura tradicional com raízes camponesas e que não agridem o meio ambiente. O fator da adaptação às condições locais garantiu que as técnicas de agricultura mais sustentáveis pelos primeiros moradores do quilombo se firmassem com mais força e esse costume se estendessem pelas gerações. Mesmo com o avanço da agroindústria e do fácil acesso aos agrotóxicos e a outros produtos danosos ao meio ambiente, grande parte da comunidade faz questão de se manter dentro da tradição da agricultura dos seus antepassados. Mas ainda há uma pequena parcela que faz uso de intensivos agrícolas nas suas plantações, como diz Cristiane quando questionada sobre o peso da agroecologia na comunidade:

Assim, porque a gente trabalha tanto agroecológico... tem uma parte que tanto trabalha com algum tipo de veneno. Porque tem alguém na comunidade que está trabalhando com veneno. O índice da agroecologia na comunidade é altíssimo, mas isso aí vem de geração, né, porque a comunidade não trabalha na cana de açúcar. Aí o que acontece, a gente diz assim que trabalha desse tipo porque nunca teve dinheiro pra comprar adubo, nunca teve dinheiro pra comprar veneno, né? Aí é uma coisa que passou de geração em geração. Quando eu digo 20% [referente às pessoas que usam agrotóxico] são pessoas que não nasceu aqui, não veio daqui e não tem esse costume de trabalhar como os nossos pais e avós trabalharam.

A comunidade recebe apoio do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), do Centro Sabiá e do Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural) para garantir o melhor manejo da área produtiva do quilombo, além da troca de saberes e técnicas que venham a melhorar o desempenho dos quilombolas na produção daquilo que eles precisam para sobreviver e ganhar lucros.

Apesar de não existir uma campanha municipal diretamente voltada para sensibilização da comunidade quanto à sustentabilidade, ou até ações que impulsionem o desenvolvimento de técnicas agrícolas voltadas à agricultura familiar sustentável

dentro da realidade de uma comunidade quilombola, a tradição se encarregou de ensinar algumas práticas que auxiliam a vida no campo, como ressalta Cristiane sobre o uso de adubos em suas plantações, ela diz que na sua casa “a gente tem de cavalo, de boi e de galinha, e também tem a das plantas”. Os moradores de Siqueira têm o costume de trocar entre si esses adubos naturais, onde um oferece ao outro aquilo que ele precisa e, assim, realizam a permuta.

Uma das grandes queixas da comunidade é a ausência da coleta seletiva do lixo. Por ser um local de difícil acesso, a prefeitura parou de disponibilizar o veículo que era responsável pela coleta dos resíduos deixando a comunidade carente nesse aspecto e tendo que fazer por conta própria o manejo e o descarte. Desenvolveram então o costume da queima controlada dos resíduos descartados, como é possível ver em muitas casas e na escola da comunidade, e também a opção escolhida e utilizada pela família de Cristiane que é o aterro dos resíduos. Ela complementa: “lá em casa a gente tem um buraco onde garrafa, ventilador e essas coisas a gente joga lá dentro, porque aqui não tem a coleta seletiva. Mas o material orgânico a gente faz adubo”.

Os moradores do Engenho Siqueira foram condicionados naturalmente a despertar a sensibilidade de preservação e conservação do meio ambiente e, acima de tudo, carregar a preocupação ambiental como um dos grandes alicerces da sua identidade. Tal preocupação vai além da herança camponesa do trato com a terra e o ecossistema, e vai além também dos costumes e tradição compartilhados por aqueles que vieram antes e que se renova a cada geração, pois há um trabalho constante e completamente involuntário (porque já faz parte de quem eles são) perpetuação desse costume.

Durante um momento de observação participativa dessa pesquisa, a comunidade realizou a ação de limpeza da praia e do manguezal que faz parte do projeto próprio da comunidade, Rio Formoso Tem Praia: Uma Ação Ecológica Desafiando a Nova Conquista, que tem como objetivo principal garantir a preservação do ambiente além de contribuir para a apresentação de um local atraente, limpo e convidativo, e que possa ser desfrutado tanto por turistas que visitam a região, quanto pelos próprios moradores que poderão comercializar os seus produtos nessas praias.



Unindo representantes da comunidade, do poder público e do Instituto Federal - Campus Recife, foi desenvolvida na Praia da Pedra a ação de recolhimento de resíduos sólidos que são descartados no local e/ou que são arrastados pelo leito da maré desde o centro urbano, até a desembocadura do rio (figura 04). Essa mesma atividade já vem sendo desenvolvida pela comunidade junto ao poder público municipal há alguns anos e foi uma iniciativa dos próprios quilombolas para chamar atenção da governança local quanto aos impactos causados ao ecossistema local por conta do descarte inadequado dos resíduos.

Figura 03 – Ação de Limpeza da Praia da Pedra, Rio Formoso – PE.



Fonte: O autor (2016)

Com esse pensamento de chamar atenção do governo para a realidade da comunidade, assim como a tentativa de despertar nos banhistas e turistas que visitam o local uma preocupação ambiental mais aflorada, a ação de limpeza da praia foi um momento de celebração onde pudemos observar interação entre a comunidade e a academia numa ação de preservação de cunho ambiental.

A maior preocupação dos representantes do Quilombo é garantir a instalação de cestos de coleta seletiva em pontos estratégicos da praia para ajudar, mesmo que de forma mínima, o impacto desses resíduos no meio ambiente. Entretanto, o maior empecilho dessa realidade é a depredação do patrimônio público por intermê-

dio dos vândalos e a ineficácia do sistema de coleta. Porém, de certa forma, o passo fundamental para a transformação dessa realidade já foi dado, apesar de que o processo de sensibilização é lento, mas não impossível.

### 5.3 O QUILOMBO EM FESTA

O último aspecto a ser discutido através da análise das entrevistas compreende as noções culturais explicitadas dentro do quilombo e que constituem identidade quilombola compartilhada pelos moradores do Engenho Siqueira. Durante todo o processo de pesquisa foi possível observar o valor empregado por eles quanto às questões culturais da comunidade, pois elas significam um ponto de reafirmação dos seus valores.

A Comunidade do Engenho Siqueira encontra na festa de reconhecimento a oportunidade para congregar os valores e costumes internos entre os seus sujeitos, e também apresentá-los aos visitantes que acabam por se encantar pela mística cultural que é exposta pelo quilombo. As festividades costumavam acontecer durante o período junino, porém, com o processo de reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares, em 2005, a comunidade adiantou as suas comemorações para o dia 08 de março, como uma forma de brindar o reconhecimento com aquilo que eles possuem e o que são.

Quando questionado sobre as manifestações culturais da comunidade, Cláudio Pajeú elenca aquelas que mais representam a comunidade do Engenho Siqueira e que são apresentadas durante a festa de reconhecimento. Ele ressalta também que essas atividades não são originárias de Siqueira, mas que vieram de um passado quilombola e foram adaptadas pela comunidade de acordo com as características do local onde ela foi instalada. Ele cita:

Essas manifestações culturais que tem e é específica da comunidade, a gente só realiza na festa de reconhecimento. Concurso a garota mais bela quilombola, concurso de culinária, a corrida dos troncos desde as crianças, até mulheres e homens, e dentre outras atividades como quebra panela, maratona quilombola, pau de sebo... mas a gente só faz na festa, mas estamos vendo se podemos levar também para o dia nacional da consciência negra.

A festa de reconhecimento é um momento muito esperado por todos da comunidade, não apenas pelo fato das festividades, mas por ser um momento no qual a comunidade se reúne para celebrar a sua tradição e reviver aquilo que os seus

pais e avós tanto se orgulharam para construir. Dona Alice, já com a idade avançada e a saúde comprometida, afirma que não perde a comemoração por nada. Ela diz: “Até eu vou. Alugo um carro ou fico ali esperando uma carona e vou, porque todo ano tem o aniversário de quilombola, né, que é 8 de março, aí eu não posso perder não que é bom demais”.

A cultura quilombola, por ser um espaço de trocas e compartilhamento de conteúdos simbólico-afetivos, e por se dar em relação a um contexto social, cultural e político específico, enfatiza as particularidades dos sujeitos que a constituem. É uma instância que preserva elementos culturais carregados de um passado histórico e social e que propicia um posicionamento subjetivo do sujeito ao reconhecer-se nesse passado. (FURTADO; SUCUPIRA; ALVES; 2014, p. 114).

A partir dessas palavras somos capazes de compreender o significado dessas atividades culturais para aqueles que fazem parte da comunidade quilombola. Para eles, essas manifestações carregam uma história, a sua história, e o valor que possuem é indescritível. Cada atividade carrega símbolos e memórias que fazem parte do imaginário da comunidade e representa parte da identidade que é reconhecida, seja a partir das técnicas culinárias com as comidas ao leite de coco, bolos e pães de tubérculos e raízes, a feijoada e o característico funge, até as brincadeiras e danças como a Troça A Laurça de Siqueira.

O artesanato também se configura como uma das características simbólicas da comunidade. Há o trabalho com peças de madeira e as fibras da bananeira, além da utilização de conchas que são usadas principalmente na confecção de vestidos que são apresentados durante os concursos de beleza da comunidade.

Dona Alice ainda lembra, saudosa, do tempo em que participava das brincadeiras como o Dois de Ouro, o Samba de Matuto e das cirandas.

Eu ainda dancei no Dois de Ouro, no Samba de Maturo, nas cirandas. Aí as meninas diz assim: tudo a senhora conta. Eu digo: conto. O que perguntar e eu souber eu respondo. Daquelas dança do Dois de Ouro que tinha João de Moura que chegava lá na casa dele e ia cantar “Sai, sai, sai na rua. Vai dois de ouro entre o sol e a lua. Da boca da barra se avista o faró, quem segue na frente é o estado maió”, aí o povo tudo tocando e saía.

Um outro aspecto observado dentro do quilombo nessa dinâmica cultural é a questão religiosa. Durante todo o processo de pesquisa, entrevista e observação, ficou evidente que o culto de religião de matriz africana, como o candomblé, é quase inexistente, uma vez que é algo tido como pecaminoso aos olhos de muitos dos mo-

radores e visto como errado. Há na comunidade a presença de três igrejas protestantes e a maioria dos moradores são convertidos ao cristianismo.

Podemos associar esse fato ao passado escravista quando os negros eram trazidos para o Brasil e eram forçados a seguir a religião do Senhor de Engenho, naquele tempo a religião católica, e reprimir completamente os cultos aos orixás e outras práticas religiosas do seu país de origem, pois eram tidas como pagãs. É válido ressaltar que esse aspecto dentro da comunidade carece de um estudo mais aprofundado para entender o que influenciou a supressão do culto de religiões de matrizes africanas em Siqueira, uma vez que diversas outras comunidades quilombolas pelo Brasil, apesar da pressão, resistem e mantem os seus traços e cultos religiosos vivos e praticantes.

Cláudio resalta o preconceito religioso existente na comunidade, e isso o entristece, uma vez que o culto das religiões de matriz africana faz parte da cultura quilombola, mas ele acaba sendo reprimido dentro da comunidade. Ele comenta:

É uma identidade nossa, porque veio da nossa ancestralidade, mas hoje, infelizmente, existe o preconceito religioso, porque a comunidade hoje ela é mais evangélica, mas antes disso era terreiro, né, a gente se reunia nos terreiros para dançar em volta da fogueira, não é, pra fazer os sacrifícios, tudo de matriz africana.

Em sua fala, Cláudio vai ressaltando a dificuldade que é manter a discussão sobre a religiosidade aberta dentro do quilombo, pois é uma das poucas coisas que não vem sendo repassado pelas gerações e esses valores vêm se perdendo por conta do preconceito imposto. Até mesmo a discussão na escola quilombola era reprimida pelos pais dos alunos que comentavam em casa que os professores haviam trabalhado esse assunto em sala de aula.

Observando todas essas dificuldades, é de se acreditar que as práticas de candomblé e outras práticas religiosas tidas como “pagãs” e “erradas” hoje seriam inexistentes dentro do quilombo, mas Cláudio assegura que não há o culto explícito dentro de terreiros, porém “existem pessoas ocultamente, apesar de ser evangélicas, por trás ainda procura uma casinha. Eu digo isso por que eu sei. E as pessoas que são ligadas aos orixás e vêm aqui e conversa com as pessoas, percebe logo”.

Ele ainda comenta sobre o costume do “curar”, que nada mais é a cura de alguma enfermidade através das rezas de uma “benzedeira” ou “curandeira” utilizando também as ervas e plantas medicinais. E quanto a isso, Cristiane comenta:

Várias pessoas têm [em relação ao conhecimento sobre o manejo e uso das plantas medicinais], por exemplo, às vezes mesmo eu tenho a planta, mas não tenho nome e nem pra quê ela serve aí eu vou procurar saber das outras pessoas porque aqui tinha muita curandeira, mas agora não tem mais, tinha terreiro, num tem mais... aí a gente vai levando.

Apesar do grande percentual de evangélicos na comunidade, há também aqueles que são convertidos ao catolicismo e praticam os ritos dessa religião. A comunidade, de acordo com Cristiane, há alguns anos, participava das festividades religiosas da Igreja do Rosário (igreja destinada ao culto dos homens pretos). Ela comenta: “antes existia, porque na época do mês de novembro tinha aqueles noiteiros exclusivo pro pessoal de Siqueira que vinha, a procissão sempre vinha, mas agora...”.

São muitos os elementos que fomentam a identidade cultural de uma comunidade e, visto o exemplo da Comunidade do Engenho Siqueira é possível perceber que existem diversos simbolismos e muita subjetividade por trás daquilo que é visível. Como dito, cada ação e atividade carrega um valor que só quem faz parte do grupo é capaz de perceber e compreender completamente.

Aqueles que vêm de fora são capazes de notar as diversas nuances que construíram a imagem e a identidade que hoje os quilombolas de Siqueira defendem. Através da sua história e, principalmente, dos seus costumes que acabaram por moldar a sua relação com o meio ambiente e a forma como eles se posicionam perante a sociedade, nós podemos compreender um pouco daquilo que eles são.

Desse modo, é preciso manter em mente que a construção e a perpetuação e defesa dessa identidade é uma atividade diária e possui entraves reais inerentes à condição de uma comunidade tradicional que, covardemente, é ofuscada nas grandes discussões sociais. Entretanto, a persistência, a luta, a resistência e a voz mostrarão as ferramentas de força que levarão as comunidades tradicionais como o Quilombo do Engenho Siqueira, a conquistar o seu espaço e a sua visibilidade diante daqueles que tentam sufocar o seu desenvolvimento, suas cores, seus símbolos e as suas tradições.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas representam nos dias atuais um espaço de diversidade e tradição que são fortemente defendidas através de uma identidade fortemente consolidada e a resistência constante para manter acesa a chama da história do seu povo que carrega todo um ensinamento que não pode ser comprado, ou muito menos reproduzido com fidelidade por quem não comunga desses laços ancestrais.

Podemos enxergar através desse trabalho que as marcas do passado escravista permanecerão sempre vivas nas memórias dos quilombolas, uma vez que elas fazem parte do que ajudou a construir a sua identidade. Não é possível negar ou tentar escondê-las, pois assumir essas marcas é assumir o sacrifício feito pelos seus ancestrais para que hoje seus filhos pudessem ter uma vida justa, rica e, acima de tudo, livre. Para que eles pudessem possuir um espaço, um território, onde todos pudessem comungar seus valores e tradições sem medo de repressões, e que também pudessem tirar dele o sustento à vida de forma digna e trabalhadora.

A Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira nos apresentou um dinamismo fascinante quanto às questões ambientais, uma vez que o sentido de identidade da comunidade se constituiu através delas. A preocupação ambiental, não apenas no sentido do campesinato que as comunidades quilombolas comungam, enraizou-se por entre as gerações e firmou a condição de uma comunidade que se preocupa com o meio ambiente, com as condições do território em que vivem, pois é através dele que a comunidade se manterá viva. A pesquisa e os momentos de vivência dentro do Engenho Siqueira mostraram que, para eles, não basta apenas ter as terras e um espaço para plantar e colher, é preciso saber cuidar do espaço como um todo, desde o espaço agrícola até o pesqueiro, pois conhecem a interação desses elementos com a comunidade e a necessidade de preservá-los.

Somos convidados a observar que a Comunidade do Engenho Siqueira possui uma identidade baseada na preocupação ambiental, e as suas ações de preservação e sustentabilidade são frutos que nascem involuntariamente e os sujeitos simplesmente reproduzem e aplicam sem titubear. Atestamos que essa relação com o meio ambiente não foi algo que surgiu recentemente e que está sendo ainda difundida pelos sujeitos da comunidade, pois é visível que ela é fruto de um passado

histórico cheio de ancestralidade que foi sendo construído geração após geração, firmando uma identidade sólida e consciente quanto ao seu papel como meio ambiente.

As especificidades do território do Engenho Siqueira condicionaram a comunidade que se constituiria ali a despertar o sentido de pertencimento ao local e a se adaptar às condições locais. Dessa forma, o grupo que já nutria e comungava de uma cultura tradicional ligada à terra e costumes camponeses, constituiu uma identidade sólida imbuída por um apelo ambiental intrínseco. Logo, aqueles sujeitos que vêm de fora e buscam conhecer a Comunidade do Engenho Siqueira observam o comportamento dos sujeitos que a constitui como algo natural, isso acaba por transformar e sensibilizar o estrangeiro, além de fazer com que ele se identifique e se encante pelos saberes expressos na comunidade.

Fica exposto de maneira clara que a linguagem, a maneira de plantar e pescar, assim como os costumes tradicionais como o trato com as plantas medicinais e a valorização das manifestações culturais próprias do quilombo, são as características mais marcantes da comunidade e que refirmam o sentimento de pertença.

As práticas sustentáveis de produção, assim como a difusão da agroecologia dentro da comunidade se configuram como os principais destaques do Engenho Siqueira, uma vez que eles priorizam a utilização de técnicas tradicionais de agricultura e pesca, e descartam o uso de agentes poluidores. Também observamos as ações ambientais, como a limpeza da Praia da Pedra e do manguezal, como um elemento característico de Siqueira. A comunidade reconhece esses espaços como os locais de onde tiram parte do seu sustento e também como um espaço de lazer, portanto, a mobilização da comunidade para essa atividade é algo que merece ser parabenizado, principalmente por conseguir chamar atenção e conseguir a colaboração de diversos atores municipais – e, inclusive, estaduais e federais – para essa luta.

A comunidade também trava uma batalha diária com campo da agricultura e da pesca, uma vez que veem diversos impactos dificultando o desenvolvimento dessas práticas. No sentido da agricultura, muitos dos moradores possuem pouca terra para cultivo, ressaltando que parte do território pertence a terceiros e pessoas de fora da comunidade. No sentido da pesca, as grandes mudanças ambientais e os

impactos causados ao manguezal pelo descarte inadequado de resíduos, assim como a pesca indiscriminada, têm atrapalhado o desenvolvimento e a produção para a comunidade. Mas eles não esmorecem, muito pelo contrário, eles se mantêm de pé e buscam soluções para frear tais impactos e garantir que a comunidade permaneça viva e usufruindo daquilo que a natureza fornece, não só agora na geração atual, mas também para as que estão por vir.

Este trabalho permitiu a compreensão de que há um outro sujeito (ou sujeitos) além daquilo que conhecemos. Que a nossa cultura é moldada constantemente pelo ambiente e pelas pessoas ao nosso redor, e que há sempre algo novo a ser descoberto. A nossa identidade é constituída através dos símbolos que compartilhamos dentro do grupo ao qual pertencemos, da história que dividimos e dos ensinamentos que perpetuamos. As diferenças determinam aquilo que somos, uma vez que por um olhar inocente somos todos iguais, porém, existem elementos que diferem e ressaltam os nossos contrastes quando entramos em contato com o outro, com aquele que vem de um espectro cultural diferente.

Trazendo essa ideia para dentro da realidade das comunidades quilombolas, principalmente para a realidade do Engenho Siqueira, encontramos nesse grupo uma cultura de riqueza imensurável, que possui costumes próprios, linguagem própria, manifestações culturais que foram adaptadas aos contornos da comunidade e que se mostram inteiramente convidativas para que mais pessoas possam comunicar e conhecer a essência de Siqueira.

Chegamos ao final deste trabalho, porém ainda há muito mais o que ser explorado e pesquisado dentro do Engenho Siqueira, da mesma forma que a luta travada hoje pela comunidade permanece viva e dando passos cada vez mais largos. A construção desse trabalho vai além do sentido acadêmico e busca fornecer para a comunidade mais um documento que conta a sua história, que valoriza a sua voz e permite que outros se sintam tocados e sensibilizados a conhecer os sujeitos da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira.



## REFERÊNCIAS

- ÁGUAS, Carla Ladeira Pimentel. **Quilombo em Festa: Pós-colonialismos e os caminhos da emancipação social**. 2012. 452f. Tese (Doutoramento na área científica de Sociologia) – Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra, Portugal.
- ALTIERI, M. A. ¿Por que estudiar la agricultura tradicional? In Revista de **CLADES**, Número Especial I, Chile, 1991.
- ARAÚJO, Marli Gondin de. **A Comunidade Remanescente de Quilombo do EngenhoSiqueira: Conhecimento Tradicional e Potencialidade da Agroecologia na Zona da Mata Pernambucana**. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – CFCH/UFPE, 2011.
- BARBALHO, Nelson. **Cronologia Pernambucana: subsídios para a história do agreste e do sertão**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal/FIAM, 1988. Vol. 2,3 e 9.
- BARRETO, C.X.P. **O Rio Formoso**. 2 ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1955.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano compaixão pela terra**. Petrópolis (RJ): Vozes; 1999.
- BRASIL. **Decreto Nº 6.040, De 7 de Fevereiro de 2007**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em 29 de Novembro de 2017.
- CAMPOS, Lilian. Cultura: Entenda o que essa palavra significa. **UOL Educação**, São Paulo – SP, 23 de agosto de 2008. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/portugues/cultura-entenda-o-que-essa-palavra-significa.htm>. Acesso em: 08 de agosto de 2017.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Referência Para Elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Escolar Quilombola. Brasília: 2011.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- DUARTE, Luciana Rodrigues Ramos. *Transição agroecológica: uma estratégia para a convivência com a realidade semi-árida do Ceara*. Dissertação de Mestrado. UFC, 2009.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001.
- COSTA FILHO, Aderval. Quilombos e Povos Tradicionais. **GESTA/UGMG**, 2010. Produção acadêmica: textos analíticos do mapa de conflitos ambientais. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-COSTA FILHO Aderval Quilombos e Povos Tradicionais.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2017.
- FURTADO, M. B., SUCUPIRA, R. L., & ALVES, C. B. (2014). **Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural**. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 106-115.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HALL, Stuart. **Quem Precisa de Identidade**. Editora Vozes Ltda, Brasil, 2000.

LEITE, I. B. **O quilombo no Brasil**: questões conceituais e normativas. Florianópolis: NUER/UFSC, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 2996, p,24.

MEIHY, José Carlos Sebe B. Desafios da História Oral Latino-Americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs). **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 85-97.

MINAYO, Cecília. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 21ª Ed, 2002.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M.S. **Agroecologia Na Construção Do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Agric. São Paulo, São Paulo, V. 51, N. 2, P. 39, 2004.

NARDI, Jean Baptiste. Cultura, Identidade e Língua Nacional – No Brasil Uma Utopia? In: **Caderno de Estudos da FUNESA**, Alagoas, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Terra de quilombos**. Associação Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro: 1995.

\_\_\_\_\_. Os Quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá. In O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos, Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: ABA-FGV Editora, 2002.

PAJEÚ, Cláudio de Freitas. Histórico da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira. **Blog da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira**, Rio Formoso – PE, 20 de maio de 2011. Disponível em: <http://engenhosiqueira.blogspot.com.br/2011/05/historico-da-comunidade-quilombola-do.html>. Acesso em: 29 de maio de 2017.

REZENDE, Beto; LINS, Marcela. Zumbi, Ganga Zumba, Aqultune E Manú: Quatro Nomes, Uma Só Serra. **Blog da Fundação Joaquim Nabuco**, Recife – PE, 27 de novembro de 2014. Disponível em: [http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4093:zumbi-ganga-zumba-aqultune-e-manu-muitos-nomes-uma-so-serra-&catid=99:noticias&Itemid=877](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4093:zumbi-ganga-zumba-aqultune-e-manu-muitos-nomes-uma-so-serra-&catid=99:noticias&Itemid=877). Acesso em: 29 de maio de 2017.

ROSA, Guilherme Carvalho da. **A discussão do conceito de identidade nos estudos culturais**. Ecos Revista, v. 11, p. 34-47, 2007.

SANTOS, Carlos Douglas T. dos; SENA, Efon Aragão de. **Cultura e Memória**: Tra-balhando as Representações do Passado Por Meio da História Oral nas Aulas de História. Monografia – Departamento de História, Faculdade de Formação de Professores da Mata sul, 2012.

SANTOS, Jurandir dos. História Oral, Fontes Documentais e Narrativas, como Recursos Metodológicos na Educação. São Paulo – SP, 5 de novembro 2008. Disponí-

vel em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12577322/historia-oral-fontes-documentais-e-narrativas-jurandir-santos>. Acesso em 26 de Novembro de 2017.

SANTOS, Thiago Cavalcante dos. Os Holandeses e o Nordeste Brasileiro: 1630-1654 Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

SOUZA, George F. Cabral de. Pernambuco Dividida. **Revista de História**. Universidade Federal de Fluminense, Janeiro de 2011.

VALENÇA, Marcos Moraes. **Ecologia de Saberes e Justiça Cognitiva. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Universidade Pública Brasileira: Um Caso de Tradução?** (Tese de Doutorado) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2014.

VIEGAS, Luciana Pinheiro. **Possibilidades e Limites de Inserção do Assentamento Amaraji na Atividade Turística do Município de Rio Formoso – PE.** (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia -CFCH/UFPE, 2006.

WHITE, Leslie A. **O conceito de sistemas culturais: como aprender tribos e nações.** Trad. Áurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

XAVIER, Antônio Roberto. A Importância da História Oral Como Fonte Identitária de Um Povo. Disponível em <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-historia-oral-como-fonte-identitaria-de-um-povo/20856>. Acesso em 29 de novembro de 2017.

## **APÊNDICE**

### **APÊNDICE A – PAUTA DE ENTREVISTA APLICADA AOS ENTREVISTADOS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ENGENHO SIQUEIRA – RIO FORMSOS / PE.**

#### **A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ENGENHO SIQUEIRA**

PAUTA DE ENTREVISTA – COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ENG. SIQUEIRA.

- 1 – Qual o seu nome, idade e onde nasceu?
- 2 – Para você, o que é ser quilombola?
- 3 – Qual a característica que mais se destaca na identidade quilombola do Engenho Siqueira?
- 4 – Como as pessoas do município enxergam/chamam vocês?
- 5 – Há interação (social/econômica e cultural) entre a comunidade e o município?
- 6 – Você considera as práticas de agricultura e pesca uma característica da sua identidade quilombola?
- 7 – O cultivo da cana de açúcar na cidade, e nas cidades vizinhas, exerce alguma influência na comunidade?
- 8 – Os seus antepassados contavam histórias sobre o quilombo?
- 9 – E sobre os escravos, você já ouviu histórias sobre eles?
- 10 – Quanto a religião, na comunidade está presente o culto das religiões de matriz africana ou cristã.
- 11 – A comunidade possui alguma manifestação cultural própria? Você conhece a história?